

## 60 anos do Decreto *Unitatis Redintegratio*: balanço e releitura em uma Igreja em saída para as periferias e em conversão sinodal

*60 years of the Unitatis Redintegratio Decree: Assessment and re-reading in a church going out to the peripheries and in synodal conversion*

Edward Guimarães  
PUC Minas - Brasil

### Resumo

No marco celebrativo dos 60 anos da promulgação do Decreto *Unitatis Redintegratio* sobre o Ecumenismo, do Concílio Ecumênico Vaticano II, procura-se, neste artigo, apresentar um balanço e algumas chaves teológico-pastorais para releitura prospectiva e heurística dos desafios contemporâneos do ecumenismo à luz da eclesiologia - Igreja Povo de Deus, em saída para as periferias e em conversão sinodal - e do magistério criativo do papa Francisco. Impulsionada pelo método heurístico libertador de João Batista Libanio, a reflexão aqui consignada está organizada em três partes. Na primeira, apresenta-se breve leitura e balanço deste importante Decreto conciliar. Na segunda, elencam-se algumas chaves teológico-pastorais da eclesiologia e do magistério do papa Francisco, diante dos desafios e urgências do ecumenismo no contexto atual. Na terceira, sugerem-se algumas pistas para juntos darmos passos de crescimento e concretização do ecumenismo.

### Palavras-chave

Concílio Ecumênico Vaticano II.  
Ecumenismo.  
Eclesiologia.  
Papa Francisco.  
Teologia heurística da Libertação.  
Teologia da Libertação.



### Abstract

In the celebratory milestone of the 60th anniversary of the promulgation of the *Unitatis Redintegratio* Decree on Ecumenism from the Second Vatican Council, this article aims to present an assessment and some theological-pastoral keys for a prospective and heuristic re-reading of the contemporary challenges of ecumenism in light of ecclesiology - the Church as the People of God, going forth to the peripheries and engaging in synodal conversion - and the creative magisterium of Pope Francis. Driven by the liberating heuristic method of João Batista Libanio, the reflection outlined here is organized into three parts. In the first part, a brief reading and assessment of this important conciliar decree are presented. In the second part, some theological-pastoral keys of ecclesiology and the magisterium of Pope Francis are listed, in light of the challenges and urgencies of ecumenism in the current context. In the third part, some suggestions are made for us to take steps together towards growth and realization of ecumenism.

### Keywords

Second Vatican Council.  
Ecumenism.  
Ecclesiology.  
Pope Francis.  
Heuristic Theology of Liberation.  
Theology of Liberation.

## Introdução

*E a esperança não engana, pois o amor de Deus foi derramado em nossos corações por virtude do Espírito Santo que nos foi dado (Rm 5, 5).*

Iniciemos com significativa recordação, um fato digno de nota para a reflexão teológica que se seguirá: no dia 21 de novembro de 1964, após a aprovação dos padres conciliares, o papa Paulo VI promulgou, nesta mesma data, a importante Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, sobre a Igreja, e, em seguida, o Decreto *Unitatis Redintegratio*, sobre o Ecumenismo. Segundo Walter Kasper, ao promulgar conjuntamente os dois documentos, Paulo VI sinalizava que o Decreto seria uma espécie de “complemento” da *Lumen Gentium*. Recordar esta feliz coincidência nos ajuda a explicitar, já nesta introdução, a estreita relação entre eclesiologia e ecumenismo. Com palavras mais diretas, a concepção de Igreja que professamos favorece ou dificulta a postura, o compromisso e os passos à concretização do ecumenismo. A experiência nos mostra que não seria um equívoco afirmar que, quando uma denominação cristã ou um cristão, em sua caminhada, explicita a sua compreensão da natureza, da identidade e da missão da Igreja de Cristo, ela revela, simultaneamente, sua abertura ou fechamento ao movimento ecumênico, com suas implicações concretas no complexo contexto de um

cristianismo multidenominacional<sup>1</sup>.<sup>[1]</sup> Com clareza e relevância teológica, Elias Wolff afirma que

a divisão entre os cristãos tem a ver com as diferentes concepções de Igreja e dos elementos que constituem a sua natureza, identidade e missão, de modo que os desafios ecumênicos de maior proporção se concentram nas questões eclesiológicas" (Wolff, 2018, p. 229).

De fato, a abertura ou o fechamento ao movimento ecumênico estão diretamente relacionados à concepção eclesiológica que se confessa. Isso significa discernir um caminho necessário para avançarmos no ecumenismo: aprofundar a concepção de Igreja, a sua missão e razão de ser no mundo e no projeto salvífico universal do Pai.

O Decreto *Unitatis Redintegratio* define, em seu próêmio, o movimento ecumênico como a busca de restaurar a unidade de todos os cristãos, considerando-o graça de Deus e obra do Espírito Santo. Por isso, o ecumenismo está entre os principais propósitos ou objetivos do Concílio Ecumênico Vaticano II. O decreto afirma também que a divisão no seio do cristianismo contradiz a vontade de Jesus Cristo e, além de ser motivo de escândalo em nosso mundo, prejudica a evangelização. Nesse sentido, propõe a todos os cristãos católicos os meios, caminhos e os modos para que o ecumenismo seja assumido como compromisso de todos (UR 1).

O movimento ecumênico não foi iniciado pela Igreja católica e, durante muito tempo, a ela permaneceu fechada. Isso aconteceu, em grande medida, devido à autocompreensão geradora da mentalidade predominante no seio da Igreja católica como se esta fosse a única, de forma plena, Igreja de Cristo. Essa perspectiva favoreceu o cultivo da autorreferencialidade, ou seja, ela se compreendeu e atribuiu a si mesma como a única portadora da revelação de Deus em Jesus Cristo e da plenitude da graça da salvação. Desse modo, para a Igreja Católica, as denominações cristãs que dela se afastaram, e isso independente das razões da ruptura, ou as denominações que já nasceram

---

<sup>1</sup> Movido pelo cultivo da sensibilidade e postura ecumênica, optamos por utilizar o termo "multidenominacional" e não "multieclesial", por julgarmos mais adequado para expressar a realidade atual de grande diversidade de denominações cristãs sem ferir a convicção da unidade da Igreja de Cristo, ainda que a maioria das denominações utilize o termo Igreja para se nomear: Igreja Adventista, Igreja Anglicana, Igreja Batista, Igreja Católica, Igreja Luterana, Igreja Episcopal, Igreja Metodista, Igreja Ortodoxa, Igreja Presbiteriana, Igreja Reformada etc.

fora da "comunhão católica", precisam voltar ou entrar nessa comunhão singular para participar desta plenitude. Com uma concepção autorreferencial, o único movimento ecumênico possível seria o de um improvável retorno das denominações cristãs que romperam a comunhão com a Igreja católica ou das Igrejas que surgiram fora dela, entrando em comunhão com a Igreja católica.

O teólogo luterano Walter Altmann, em entrevista ao IHU on line, confirma:

O movimento ecumênico moderno, como esforço de superação da divisão da cristandade através do diálogo e da cooperação, surgiu na segunda metade do século XIX, no âmbito das igrejas protestantes e anglicana. A Conferência Internacional de Missão, em Edimburgo, Escócia (1910), é um marco histórico na caminhada das igrejas, seguindo-se a Conferência de Vida e Trabalho, em Estocolmo, Suécia (1925), e a de Fé e Ordem, em Lausanne, Suíça (1927), iniciativas que levaram à criação do Conselho Mundial de Igrejas - CMI após a II Guerra Mundial, em Amsterdam, Holanda (1948). Já na primeira metade do século XX, o Patriarcado Ecumênico de Constantinopla manifestara o compromisso ecumênico. Por largo tempo, a Igreja Católica manteve uma postura reticente, para não dizer de rejeição, em relação ao movimento ecumênico. Sua compreensão da unidade da cristandade se resumia ao anelo de "retorno" dos demais cristãos à Igreja Católica, não à construção da unidade através do diálogo e do caminhar conjunto. Contudo, na pesquisa teológica e na experiência das comunidades locais, o ecumenismo foi claramente avançando. A partir do Vaticano II, a Igreja Católica assumiu com clareza o compromisso ecumênico e (...) o movimento ecumênico transformou-se num empreendimento verdadeiramente universal (Magalhães; Rosa, 2012).

No entanto, o ecumenismo supõe outra compreensão da unidade da Igreja de Jesus Cristo, realidade eclesial que vai muito além dos limites de qualquer denominação cristã e que, em princípio, não anula nem supõe o fim da diversidade de denominações cristãs. Nenhuma denominação cristã deve ter a pretensão de ocupar o centro ou abarcar a plenitude da Igreja de Cristo. Este centro pertence tão somente à pessoa de Jesus Cristo e ao fato cristão, ou seja, ao dinamismo histórico criado pelo anúncio e testemunho do Evangelho do Amor do Abba e do projeto salvífico divino universal, ao chamado de discípulos e discípulas, ao anúncio e testemunho do dinamismo libertador do Reino de Deus presente e atuante no meio de nós e, com a vinda do Espírito Santo, à continuidade da missão de Jesus pelos discípulos e discípulas da primeira hora.

A Igreja de Cristo, portanto, não deve ser compreendida como a unificação de todas as denominações cristãs em uma única instituição eclesial, mas como a reunião de todos os batizados e batizadas enraizados em Cristo, os discípulos e discípulas de Jesus que assumem a missão de evangelizar e que, atualmente, estão congregados e congregadas em distintas denominações cristãs. Em outras palavras, o movimento ecumênico preconiza uma compreensão singular da unidade eclesial: há uma só Igreja de Jesus Cristo, na qual todos os batizados e batizadas - que invocam o Deus Trino, que confessam Jesus como Senhor e Salvador, que se professam seus discípulos e discípulas, individualmente ou reunidos em assembleias - são as pedras vivas que a edificam. Jesus Ressuscitado, pela luz, força e dons do Espírito Santo, os interpela à conversão e à corresponsabilidade na missão que emerge do Evangelho: proclamar e testemunhar o amor de Deus que nos irmana e nos desafia a conviver centrados no cultivo do amar, cuidar e servir, e na prática da justiça e da misericórdia na grande mesa da irmandade.

O ecumenismo, importa dizer, é bem mais que o cultivo do respeito mútuo entre fiéis membros das diversas denominações cristãs. O Decreto *Unitatis Redintegratio* refere-se aos discípulos e discípulas de Jesus das diferentes denominações cristãs como "*cristãos separados*" nas numerosas "*Comunhões cristãs*" (UR 1). Esse modo de falar, interno para os cristãos católicos em relação aos demais cristãos das diversas denominações cristãs, soa impróprio quando dito publicamente no contexto ecumênico, no sentido de que eles não estão separados da Igreja de Cristo, mas, tão somente, da denominação "Igreja católica". Aqui, não se trata de preciosismo, mas de explicitação do que está implícito na compreensão teológico pastoral ecumênica da catolicidade da Igreja de Cristo.

Tudo fica mais claro quando estamos cientes de que, neste contexto multidenominacional em que vivemos, quando uma denominação cristã, seja ela qual for, se autocompreende ou se julga divina e perfeita, pronta e acabada, como a única portadora da plenitude da revelação de Deus em seu Filho Jesus, a própria manifestação do Reino de Deus na história e a aquela que pode abrir ou fechar as portas da salvação às pessoas, seu olhar para a busca da unidade dos cristãos tende a se tornar apequenado e refém de sua

autorreferencialidade. Tal autocompreensão a coloca no centro de tudo, e não o próprio Jesus e o projeto de salvação universal que se revelou nos ensinamentos e gestos deste Profeta da periferia, rejeitado e condenado à morte na cruz. Com uma mentalidade autocentrada, esta denominação não reconheceria, para ela mesma, a necessidade de assumir um processo contínuo de conversão ou de reformas em si mesma. Além disso, colocaria todo e qualquer problema e responsabilidade pelas cisões ou separações históricas nas outras denominações.

Por outro lado, quando uma denominação cristã se reconhece, enquanto instituição, como profundamente marcada pela intrínseca e necessária encarnação histórico-cultural e por sua dimensão humana, portadora de potencialidades e limites, de luz e de sombras, sempre imperfeita e incompleta, independente do tesouro que carrega ou da beleza do Evangelho que anuncia, ela se sabe e se confessa "*semper reformanda*" (UR 6) –sempre em reforma pela busca contínua de ser fiel à missão assumida. Ao se avaliar, não teme fazer leituras e releituras de sua história, reconhecer seus eventuais erros e equívocos, bem como os de outras denominações, para juntas se deixarem purificar pelo "*Espírito da Verdade, que procede do Pai*" (Jo 15, 26). Também não teme se aproximar, ouvir, buscar maior compreensão de outra denominação cristã, ou mesmo de outra tradição religiosa não cristã, pois concebe fazer parte de sua missão o aprender sempre, purificar-se, dar as mãos e crescer na busca de fidelidade ao Evangelho e ao projeto de salvação universal de Deus Pai, revelado, pela luz do Espírito Santo, no Filho amado, o Cristo Jesus.

Nossa reflexão se vale do método heurístico libertador de João Batista Libanio, utilizado na reflexão dos dois últimos anos de trabalho pastoral como assessor da Comissão episcopal para o ecumenismo e o diálogo inter-religioso do Regional Leste 2 da CNBB. Esse método foi aplicado em cada encontro de formação, em cada leitura feita ao longo dessa pesquisa e agora na sua consignação neste artigo. Isso significa que procuramos exercer uma espécie de tripla fidelidade: ao ouvir os cristãos no contexto da fé vivida e seus desafios, ao ler cada documento ou autor pesquisado procurando compreender, sem julgar, o que cada um deles disse em seu contexto de

afirmação, ou seja, fidelidade ao interlocutor, ao texto ou ao autor lido. Em seguida, refletimos sobre o que este conteúdo assimilado nos diz enquanto teólogos. Trata-se da busca de fidelidade a nós mesmos como sujeitos pensantes da fé, no processo de inteligência em confronto com a Palavra e a Tradição viva da Igreja. E, por fim, na busca de sermos fiéis aos desafios e às urgências de nosso tempo, refletimos sobre o que este conteúdo assimilado nos leva a dizer no contexto em que vivemos, quando nos preparamos para celebrar os 60 anos deste importante documento eclesial. Este terceiro nível é o que mais aparecerá aqui, mas supõe o trabalho prévio e dialético dos outros dois. Embora separados nesta explicitação didática do método, uma vez assimilado, o praticamos de modo dialético, atentos a deixar claro ao leitor a nossa objetividade subjetiva: quando estamos citando, analisando ou indo além, enquanto sujeitos pensantes do conteúdo da fé (Guimarães, 2024)<sup>2</sup>.

Nossa reflexão está estruturada em três partes. Na primeira, apresenta-se breve contextualização, visão de conjunto, balanço e releitura do Decreto conciliar *Unitatis Redintegratio* neste marco celebrativo dos 60 anos de sua promulgação na reta final do Concílio Ecumênico Vaticano II. Na segunda, reflete-se sobre alguns desafios do ecumenismo no contexto contemporâneo e elencam-se algumas chaves teológico pastorais da eclesiologia e do magistério do papa Francisco diante desses desafios. Na terceira parte, sugerem-se algumas pistas teológico pastorais para juntos darmos passos no ecumenismo e, quiçá, no diálogo inter-religioso também. Desejamos a todos uma leitura fecunda.

## **Decreto *Unitatis Redintegratio*: balanço e releitura teológico-pastoral**

---

<sup>2</sup> Apresentamos este método que desenvolvemos na segunda parte de nossa tese de doutorado, que versa sobre a singularidade da pedagogia heurística libertadora de João Batista Libanio, em artigo recente, na revista *Perspectiva Teológica*. Cf. GUIMARÃES, Edward. *TEOLOGIA HEURÍSTICA DA LIBERTAÇÃO: UMA LEITURA TEOLÓGICA DA PRÁXIS PEDAGÓGICA DE JOÃO BATISTA LIBANIO*. *Perspectiva Teológica*, [S. l.], v. 56, n. 1, p. 43, 2024. DOI: 10.20911/21768757v56n1p43/2024. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/5551> . Acesso em: 10 maio de 2024.

O Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965) é considerado um dos marcos mais importantes da história do cristianismo contemporâneo. No seio do catolicismo, significou e continua a significar o reconhecimento histórico da necessidade urgente de um repensar a autocompreensão, a identidade e a missão da Igreja católica apostólica romana, bem como suas relações com o mundo, as sociedades humanas, as outras igrejas cristãs e demais tradições religiosas. Foi e continua a ser a explicitação do que o cristianismo católico diz de si mesmo, tendo presente as suas origens, sua autoconsciência e a sua caminhada bimilenar, bem como sobre as diversas cisões e divisões acontecidas ao longo de sua história. Este Concílio se consolidou como uma referência sólida e pujante, capaz de avaliar e impulsionar transformações profundas não apenas no seio da Igreja católica, em sua teologia, pastoral, organização, estruturas e demais dinamismos, mas também, direta ou indiretamente, pela sua importância histórica, no caminhar de outras denominações cristãs que, movidas pela fé e pelo Evangelho, assumem o desafio de uma relação histórica adulta e saudável com o cristianismo católico romano e que se pensa a si mesma neste complexo contexto contemporâneo.

Muitas dessas transformações impulsionadas pelo Concílio, devido aos processos de resistência, formação e recepção nas diferentes realidades e situações socioculturais, encontram-se ainda em curso ou paralisadas, seis décadas depois dos diversos esforços de recebê-lo, aprofundá-lo, continuá-lo ou mesmo finalizá-lo e até combatê-lo como acontecimento histórico situado. O impacto deste acontecimento foi tamanho que houve uma forte tentativa de frear ou arrefecer o tsunami que fez surgir e que abalou muitas das estruturas da Igreja católica no final dos anos sessenta e início dos anos setenta do século passado. Alguns caracterizaram esta reação contrária como um esforço ou tentativa de contenção, como uma espécie de volta à grande disciplina (Libanio, 1983). As Conferências gerais dos Bispos da América Latina – Medellín (1968), Puebla (1979), Santo Domingo (1992) e Aparecida (2007) – podem ser consideradas um esforço eclesial singular, na caminhada da Igreja católica da América Latina, para receber e aprofundar o Concílio Ecumênico Vaticano II.



O magistério do papa Francisco assumiu decisivamente a retomada do espírito deste Concílio. Atualmente, a primeira Conferência Eclesial da América Latina e Caribe (2021), o Sínodo para a Amazônia (2022) e o Sínodo sobre a sinodalidade (2023-2024) assumem, de forma singular, a continuidade desse processo de conversão da Igreja católica neste Continente de rico pluralismo cultural, cada vez mais urbano, internético e ainda profundamente injusto e, desde o paradigma decolonial e ecológico, insustentável. Urge discernirmos e assumirmos, com coragem, a concretização de mudanças profundas com impactos nas relações culturais, socioeconômicas, políticas, ecológicas e religiosas.

Não é fácil impulsionar mudanças profundas e significativas numa instituição histórica com a magnitude da Igreja católica, presente em todos os continentes, culturas, povos e nações, com cerca de dois mil anos de história. No entanto, o conteúdo da convocação do Concílio pelo papa João XXIII e de sua retomada, na segunda sessão, pelo papa Paulo VI, não deixa dúvidas sobre a necessidade da Igreja Católica olhar para si mesma e refletir sobre sua autocompreensão, identidade e missão, profundamente afetadas, seja pelos conflitos virulentos com o mundo moderno, seja pelos conflitos internos, captados nos diversos movimentos que precederam o evento – movimento bíblico, litúrgico, ecumênico, missionário, leigo, teológico, social... – e o contexto sociopolítico e cultural do final dos anos cinquenta e início dos anos sessenta (Libanio, 2005, p. 21-55).

Depois de praticamente seis décadas de seu encerramento, não dá para não reconhecer que a Igreja católica foi profundamente impactada e continua a ser pelo que aconteceu e, sobretudo, pelo que foi e continua a ser impulsionado pelo Concílio Ecumênico Vaticano II. Um exemplo contemporâneo a ser evocado é o magistério singular do papa Francisco que põe os cristãos do mundo inteiro em atitude de escuta, discernimento e conversão, diante de um projeto de reforma da Igreja, retomando decisivamente o espírito do Concílio, que durante muito tempo tentaram frear.

Então, nos perguntamos, qual a concepção de ecumenismo impulsionada pelo Concílio Vaticano II, em seu Decreto *Unitatis Redintegratio*?

Passemos agora a um balanço e releitura teológico-pastoral do Decreto *Unitatis Redintegratio* sobre o ecumenismo. Iniciaremos com as palavras de Elias Wolff, um de nossos maiores expoentes na teologia do ecumenismo. Segundo ele, "o Concílio colocou um novo olhar sobre o pluralismo eclesial e a situação de divisão entre os cristãos" e o Decreto é "uma das maiores expressões conciliares desse fato":

O ensinamento conciliar incentiva todo tipo de iniciativa que favoreça à unidade, fortalecendo quatro elementos: a) **o ecumenismo como uma atitude**, com um comportamento dialogante frente às diferentes Igrejas, eliminando palavras, juízos e ações que não correspondam à condição dos irmãos separados (UR 4); b) **o diálogo teológico**, para aprofundar a doutrina cristã nas várias confissões, distinguindo o "conteúdo" e as "formas" de explicitação das verdades da fé (UR 9.11), e compreendendo que existe uma "hierarquia das verdades", que mostra "o diverso nexos com o fundamento da fé cristã" (UR 11); c) **a cooperação prática**, que favorece a corresponsabilidade das Igrejas em iniciativas pastorais concretas (UR 12); d) **o ecumenismo espiritual**, considerando a oração "a alma de todo o movimento ecumênico" (UR 8) (Wolff, 2011, p. 411, grifos nossos).

O Decreto está organizado em três capítulos e dividido em 24 números. Há um breve próêmio (UR 1), no qual se explicita a natureza do movimento ecumênico, ou seja, afirma que a "reintegração da unidade entre todos os cristãos" está entre os principais objetivos do Concílio. Esta divisão, segundo o Decreto, contradiz abertamente a vontade de Jesus Cristo, constitui em escândalo para o mundo e prejudica o anúncio e testemunho do Evangelho. Em seguida, reconhece o surgimento do movimento ecumênico entre os irmãos separados como obra do Espírito Santo, com intuito de restaurar a unidade de todos os cristãos. E explicita a alegria da Igreja católica, que assume e conclama a todos os cristãos católicos para participarem desse movimento. Afirma então que, em seu conteúdo, propará os meios, os caminhos e os modos para o movimento ecumênico se concretizar entre os cristãos católicos.

## Princípios católicos do ecumenismo

No primeiro subtítulo do capítulo I, o Decreto procura fundamentar biblicamente a "unidade da Igreja". Ele explicita o mistério da graça do Amor de Deus por nós, revelado na Encarnação do Verbo: o Pai nos envia o seu Filho Jesus, para que, ao se tornar um de nós e nos oferecer vida nova, redima todo o gênero humano. Recorda que Jesus, antes de sua paixão e morte na cruz, rogou ao Pai pela unidade dos que creem, assim como, no Espírito Santo, Ele e o Pai são um (Jo 17, 21). Aos seus discípulos, entrega o mandamento novo (Jo 14, 34-35) e a promessa do Espírito Santo, que permanecerá sempre com eles (Jo 14, 16). Afirma que Jesus glorificado, cumpre a promessa e envia o Espírito Santo, e por Ele congrega na unidade da fé, da esperança e do amor, todo o povo da Nova Aliança, a Igreja de Cristo, com "um só Senhor, uma só fé, um só batismo" (Ef 4, 4-5). O Espírito Santo, que habita em nós, que nos une em Cristo e, com seus múltiplos dons rege a Igreja, é o princípio fundante da unidade da Igreja. Recorda que a missão confiada aos Apóstolos é de ensinar, governar e santificar. O ministério de Pedro é garantir a perfeita unidade entre os cristãos, sendo, no entanto, o próprio Jesus, a Pedra angular fundamental e o Pastor de nossas almas. Enfatiza, como fonte de crescimento na unidade, a fiel pregação do Evangelho, a administração dos sacramentos e o governo amoroso dos apóstolos e dos seus sucessores bispos, com a sua cabeça, o sucessor de Pedro, sob a ação do Espírito Santo. Como aperfeiçoamento da comunhão na unidade, aponta a confissão de uma só fé, a comum celebração do culto divino e o fraterno bem querer da família de Deus. Termina colocando como supremo modelo e princípio do mistério de unidade da Igreja, que se realiza em Cristo e por Cristo, no Espírito Santo, a unidade da Santíssima Trindade: um só Deus, o Pai e o Filho no Espírito Santo (UR 2).

Entre os limites presentes neste ponto central do Decreto, que deseja fundamentar o ecumenismo para os cristãos católicos, está, em primeiro lugar, a afirmação de que o ministério de Pedro garantiria a perfeita unidade. Em segundo lugar, o uso recorrente de linguagem explicitamente católica, com um forte tom de autorreferencialidade. Alguns exemplos incluem: quando assim apresenta Jesus: "*antes de se imolar no altar da cruz como*

*hóstia imaculada*"; quando explicita sobre a significação e realização da unidade da Igreja: "*o admirável sacramento da Eucaristia*"; quando, depois de explicitar a missão dos Apóstolos e de Pedro: refere-se aos seus sucessores como sendo "os bispos", e o sucessor de Pedro, "como chefe" e, "através de tudo isso", é que Jesus, sob a ação do Espírito Santo, "realiza a comunhão na unidade". Em terceiro lugar, ao explicitar a concepção da unidade dos cristãos em uma só fé, um só batismo, uma só Igreja, com diversidade de ministérios e serviços, mas com uma compreensão hierárquica centralizada. Este ponto não deixa claro, como Jesus o fez no Evangelho, que o exercício do poder, para ser legítimo, não deve ser uma expressão de dominação, mas tão somente de serviço à mesa da irmandade (cf. Mc 10, 42-45; Mt 20, 25-28; Lc 22, 25-27).

No subtítulo seguinte, ao tratar da "ruptura da unidade da Igreja: laço de união entre todos os cristãos", o Decreto primeiro recorda, sem entrar nos detalhes, os conflitos e cisões surgidos na Igreja primitiva já no tempo dos apóstolos, e imediatamente passa às dissensões mais amplas, quando grandes comunidades se separaram da plena comunhão da Igreja católica. Admite que, algumas vezes, a divisão aconteceu por culpa de pessoas de ambos os lados. Ao reconhecer a realidade de pessoas que já nascem e se tornam cristãs inseridas em denominações separadas da Igreja católica, estas são acolhidas como "*incorporadas a Cristo*" e "*irmãos no Senhor*", pois, "*não podem ser acusadas do pecado da separação*", por isso "*a Igreja católica as abraça com fraterna reverência e amor*". Reconhece que estas pessoas "*creem em Cristo e foram devidamente batizadas*", e que "*estão numa certa comunhão, embora não perfeita, com a Igreja católica*". E afirma que, não obstante haver discrepâncias doutrinárias, disciplinares ou em relação à estrutura da Igreja, que criam dificuldades e obstáculos à plena comunhão, o movimento ecumênico visa superá-las. O Decreto reconhece a presença de elementos que edificam e vivificam a Igreja católica presentes nas outras denominações cristãs: "*a palavra de Deus escrita, a vida da graça, a fé, a esperança e a caridade, e outros dons interiores do Espírito Santo e elementos visíveis*", além da celebração de muitas ações sagradas da religião cristã. Reconhece também que elas estão inseridas no mistério da salvação e que o Espírito de Cristo age nessas como "meios de salvação" (UR 3).

Mesmo com claros avanços, percebe-se alguns limites no número 3 do Decreto. Primeiro, ao afirmar que a Igreja católica reconhece defeitos nas "igrejas e comunidades separadas", indelicadamente, não aponta os seus próprios defeitos e limites, que diz reconhecer também. Segundo, o número termina com um infeliz "contudo", no qual afirma que:

os irmãos separados, quer os indivíduos quer as suas comunidades e Igrejas, não gozam daquela unidade que Jesus quis prodigalizar a todos os que regenerou e convivificou num só corpo e numa vida nova e que a Sagrada Escritura e a venerável Tradição da Igreja professam. Porque só pela Igreja católica de Cristo, que é o meio geral de salvação, pode ser atingida toda a plenitude dos meios salutareis. Cremos também que o Senhor confiou todos os bens da Nova Aliança ao único colégio apostólico, a cuja testa está Pedro, com o fim de constituir na terra um só corpo de Cristo. É necessário que a ele se incorporem plenamente todos os que de alguma forma pertencem ao Povo de Deus (UR 3).

Há uma explícita dose de autorreferencialidade — "*só pela Igreja católica de Cristo, que é o meio geral de salvação, pode ser atingida toda a plenitude dos meios salutareis*" —, que arrefece a força e empobrece a postura ecumênica tão presente e firmemente assumida ao longo do Decreto e do próprio Concílio como um todo.

No terceiro subtítulo do capítulo I, o Decreto reconhece, de forma contundente, "*o movimento ecumênico*" como um sinal dos tempos e sopro da graça do Espírito Santo, pela oração, pela palavra e pela ação e exorta que seja por todos acolhido e que dele todos os cristãos participem. Além disso, explicita a sua compreensão de movimento ecumênico em quatro níveis:

Por 'movimento ecumênico' entendem-se as atividades e iniciativas, que são suscitadas e ordenadas, segundo as várias necessidades da Igreja e oportunidades dos tempos, no sentido de favorecer a unidade dos cristãos. Tais são: primeiro, **todos os esforços para eliminar palavras, juízos e ações que, segundo a equidade e a verdade, não correspondem à condição dos irmãos separados e, por isso, tornam mais difíceis as relações com eles;** depois, o 'diálogo' estabelecido entre peritos competentes, em reuniões de cristãos das diversas igrejas em comunidades, organizadas em espírito religioso, em que cada qual explica mais profundamente a doutrina da sua comunhão e apresenta com clareza as suas características. Com este diálogo, todos adquirem um conhecimento mais verdadeiro e um apreço mais justo da doutrina e da vida de cada comunhão. Então estas comunhões conseguem também uma **mais ampla colaboração em certas obrigações que a consciência cristã exige em vista do bem comum.** E onde for possível, **reúnem-se em oração unânime.** Enfim, todos examinam a sua fidelidade à vontade de

Cristo acerca da Igreja e, na medida da necessidade, levam vigorosamente por diante o trabalho de renovação e de reforma (UR 4, grifos nossos).

O Decreto estabelece, como ponto de partida do movimento ecumênico, o discernimento sobre atividades e iniciativas que, segundo a necessidade da Igreja de Cristo, favoreçam a unidade de todos os cristãos. Em primeiro lugar, solicita que eliminemos todo espírito de ódio ou preconceito, seja por "*palavras, juízos e ações*", que contribuíram e continuam a contribuir para a perpetuação do pecado da divisão, e que "*tornam mais difíceis as relações*" com os irmãos separados. Segundo, recomenda uma aproximação, condição para a escuta aprendiz, o cultivo do respeito mútuo e o diálogo fraterno entre peritos. Terceiro, anima que haja ampla colaboração na missão. E, por fim, indica a possibilidade da partilha da oração em comum.

O limite que podemos apontar, desde o nosso contexto contemporâneo, é a compreensão de que a aproximação para a concretização do diálogo ecumênico deva ser uma prática estabelecida apenas "*entre peritos competentes*". Este pode e deve ser ampliado e incentivado no seio da convivência familiar, nos movimentos sociais, nas lutas sociopolíticas e ecológicas e também nas práticas pastorais e orantes, como as Campanhas da Fraternidade, Novenas do Natal, Círculos Bíblicos, Semanas de Oração pela Unidade dos Cristãos, etc. No contexto do Decreto, percebe-se ainda medos e receios em avançar juntos e de mãos dadas no movimento ecumênico, nota-se no número 4 certa reserva: "*desde que os fiéis da Igreja católica prudente e pacientemente trabalhem sob a vigilância dos pastores*".

No contexto contemporâneo, é importante investir na formação para o ecumenismo sim, mas não se pode mais professar um "cristianismo do controle". No entanto, digno de nota, é que no mesmo número encontramos um grande incentivo: "*palmilhando este caminho, superando pouco a pouco os obstáculos que impedem a perfeita comunhão eclesial, todos os cristãos se congreguem numa única celebração da Eucaristia e na unidade de uma única Igreja*" (UR 4). Neste número, o Decreto, mesmo reconhecendo não haver oposição, faz uma distinção entre "*o trabalho de preparação e reconciliação dos indivíduos que desejam a comunhão católica*" e "*a ação ecumênica*", propriamente dita. No entanto, orienta que todos os fiéis

católicos, na ação ecumênica, preocupem-se com os irmãos separados, deem os primeiros passos em direção a eles e rezem por eles.

Além disso, que avaliem, com espírito sincero e atento, o que deve ser renovado na vida cristã católica para um testemunho fiel e luminoso da doutrina e dos ensinamentos recebidos de Jesus, por meio de seus apóstolos. Em seguida, faz outra distinção entre a plenitude de toda a verdade revelada por Deus e de todos os instrumentos da graça que a Igreja é portadora, de um lado, e, de outro, os limites no fervor com que seus membros a assumem e a testemunham. Diante disso, interpela a todos os cristãos católicos que se empenhem no processo de conversão, purificação e renovação. E, de modo profundo, conclama a todos na Igreja a manifestar mais plenamente a verdadeira catolicidade e apostolicidade na Igreja, a manter a "*unidade nas coisas necessárias e a liberdade nas várias formas de vida espiritual, disciplina, diversidade de ritos litúrgicos e até na elaboração teológica da verdade revelada*", e "*em tudo, cultivar a caridade*". Pede que os cristãos católicos reconheçam com alegria e valorizem o testemunho das virtudes cristãs, oriundas do patrimônio comum, que se encontram na vida de nossos irmãos e irmãs de outras denominações ("*irmãos separados*"), muitas vezes com testemunho que vai até o martírio, contribuindo para a edificação de todos os cristãos.

Termina o primeiro capítulo afirmando que as divisões entre os cristãos impedem a realização da plenitude da catolicidade de todos batizados e batizadas dentro e fora da Igreja. Por isso, além de reconhecer o crescimento da participação dos fiéis na ação ecumênica como motivo de alegria para o Concílio, recomenda que os bispos do mundo inteiro promovam e dirijam as ações ecumênicas.

### **A prática do ecumenismo**

No capítulo II, o Decreto aborda sobre "*a prática do ecumenismo*" em sete pontos e abre este capítulo com um pedido de esmerada solicitude ecumênica da parte de todos, dos fiéis aos seus pastores e que todos se sintam por ela afetados (UR 5).

No primeiro ponto, sobre "*a renovação da Igreja*", afirma que a razão de ser do movimento ecumênico consiste na busca de maior fidelidade à

própria vocação da Igreja. Define que, enquanto instituição humana e terrena, a Igreja peregrina é chamada por Cristo a uma necessária reforma perene. Reconhece que, se historicamente na vida da Igreja ocorreram incorreções na moral, na disciplina eclesiástica ou no enunciado da doutrina – realidade que não deve ser compreendida como sinônimo do depósito da fé –, estas devem ser devidamente reformadas. Afirma que isso já vem acontecendo na vida da Igreja por meio dos "*movimentos bíblico e litúrgico, a pregação da Palavra de Deus e a catequese, o apostolado dos leigos, as novas formas de vida religiosa, a espiritualidade do matrimônio, a doutrina e ação da Igreja no campo social*" (UR 6).

No segundo ponto, sobre "*a conversão do coração*", o Decreto, de modo categórico, afirma: "*não há verdadeiro ecumenismo sem conversão interior, renovação da mente, abnegação de si mesmo, manifestação livre da caridade, humildade e mansidão no servir, atitude de fraterna generosidade para com os outros*". Por isso evoca o apóstolo Paulo e pede a todos os ministros ordenados que procedam "*dignos da vocação à qual fostes chamados, com toda humildade e mansidão, com paciência, suportando-vos uns aos outros em caridade, e esforçando-vos solícitamente por conservar a unidade do Espírito no vínculo da paz*" (Ef 4, 2-3), que continuem a missão de Jesus, que não veio para ser servido, mas para servir (Mt 20, 28). Em seguida, pede perdão a Deus e aos irmãos das outras denominações ("*irmãos separados*") e oferece também a eles o perdão pelos nossos pecados contra a unidade. Pede também que todos os cristãos se esforcem por levar uma vida conforme o Evangelho e em comunhão com o Pai, o Verbo e o Espírito Santo (UR 7).

No terceiro ponto, sobre a "*oração em comum*", explicita o que chama de "*ecumenismo espiritual*", considerado pelo Decreto como a alma do movimento ecumênico. Afirma que, além da conversão do coração e santidade de vida, que façamos preces particulares e públicas pela unidade dos cristãos (Jo 17, 21). Define como lícito, nas orações prescritas pela Igreja para a unidade dos cristãos e em reuniões ecumênicas, que os fiéis católicos se unam aos irmãos e irmãs de outras denominações ("*irmãos separados*") para a oração comum. Recorda as palavras do próprio Jesus: "*onde dois ou três*



*estão congregados em meu nome, ali estou eu no meio deles*" (Mt 28, 20). No entanto, considera ilícito que se promova uma intercomunhão indiscriminada nas celebrações dos sacramentos como um meio de restauração da unidade. Isso porque para que a unidade aconteça é necessário considerarmos dois princípios: o da unidade da Igreja, que ela deve significar, e o da participação nos meios da graça. O primeiro, na maioria das vezes, proíbe a intercomunhão sacramental. No entanto, o segundo, o da busca da graça, sempre a recomenda. Desse modo, o Decreto pede que o bispo local decida sobre a intercomunhão sacramental com prudência, levando-se em conta as determinações das Conferências episcopais e da Santa Sé (UR 8).

No quarto ponto, sobre "*o conhecimento mútuo dos irmãos*", mostra a necessidade de aproximação para bem conhecer a mentalidade dos irmãos separados e pede que "*cristãos católicos, devidamente preparados, sob a vigilância dos superiores*" aproximem, façam reuniões dialogais e busquem, como peritos, o conhecimento da doutrina e da história, da vida espiritual e litúrgica, da psicologia religiosa e da cultura que são próprias aos irmãos (UR 9).

No quinto ponto, sobre "*o ensino ecumênico*", preconiza que o ensino da teologia e das outras disciplinas, especialmente as históricas, bem como a formação dos futuros pastores, sacerdotes e missionários, seja feita levando em conta o ponto de vista ecumênico e a superação do espírito polêmico apologético que incide diretamente sobre as relações entre irmãos e irmãs de outras denominações ("*irmãos separados*") e a Igreja católica (UR 10).

No sexto ponto, sobre "*o modo de expressar e expor a doutrina na fé*", define que o modo e o método de exprimir a fé católica não devem, de forma nenhuma, transformar-se em obstáculo para o diálogo com os irmãos e irmãs de outras denominações ("*irmãos separados*"), nem cair no que chama de "*falso irenismo*", ou seja, distorcer ou obscurecer o sentido genuíno da doutrina católica em nome do ecumenismo. Entretanto, orienta que a fé cristã católica deve ser explicada de forma profunda e correta para que seja bem compreendida também pelos irmãos e irmãs de outras denominações ("*irmãos separados*"). No final deste ponto, pede aos teólogos católicos que sejam fiéis à doutrina católica e procedam com amor à verdade, com caridade

e humildade, sem esquecer que há uma ordem ou hierarquia de verdades na doutrina católica em relação ao nexos com o fundamento da fé cristã (UR 11). Esse ponto é, e continua a ser, muito importante para o discernimento da unidade no que é essencial para os fundamentos da fé cristã, o respeito, a tolerância e o reconhecimento do direito às diferenças que não comprometem estes fundamentos.

No último ponto deste capítulo, sobre "*a cooperação dos irmãos separados*", pede que todos os cristãos professem a fé no Deus uno e trino, no Filho de Deus encarnado, no Redentor e Salvador; que deem testemunho da nossa esperança; que estabeleçam larga cooperação no campo social, na promoção da dignidade da pessoa humana, do bem da paz, na aplicação social do Evangelho, nas ciências, nas artes, na busca de "*remédio aos males de nossa época, tais como a fome, as calamidades, o analfabetismo e a pobreza, a falta de habitações e a distribuição injusta dos bens*". Essa cooperação entre os cristãos de diferentes denominações, provoca maior conhecimento mútuo e estima, além de abrir caminho para a unidade dos cristãos, de modo mais concreto do ponto de vista da fidelidade ao Evangelho na vivência da fé (UR 12).

Como se pode ver, este capítulo explicita parâmetros fundamentais para a adesão e participação dos cristãos católicos no movimento ecumênico. Enfatizamos que o último ponto contribuiu significativamente para que cristãos de diversas denominações dessem as mãos e participassem juntos das lutas sociais e dos movimentos populares em nosso continente. Esta aproximação contribuiu, e continua a contribuir, para a superação de preconceitos e o cultivo e aprofundamento da conversão do coração (ponto dois), da prática da oração em comum (ponto três), e o mútuo conhecimento (ponto quatro). Em nossa percepção, depois de 60 anos de caminhada impulsionada pelo Concílio Vaticano II, devemos reconhecer que demos muitos passos, mas passos ainda tímidos. Portanto, devemos reconhecer que podemos avançar bem mais na renovação ecumênica de certas estruturas e práticas da Igreja (ponto um), no ensino ecumênico teológico pastoral (ponto cinco) e no modo ecumênico de expressar a fé cristã católica (ponto seis). O que aqui é

afirmado será explicitado em forma de pistas na terceira parte de nosso artigo.

### **As Igrejas e comunidades eclesiais separadas da Sé Apostólica Romana**

No capítulo III, sobre "*as igrejas e comunidades eclesiais separadas*", logo depois de um breve prefácio, no qual distingue as duas principais categorias de cisões (UR 13), o Decreto as utiliza como critério para dividir o capítulo em duas partes: uma sobre a "*consideração peculiar das Igrejas orientais*", que se separaram "*por contestação das fórmulas dogmáticas dos Concílios de Éfeso e Calcedônia ou como solução da comunhão eclesiástica entre os patriarcados orientais e a Sé romana*" (UR 14-18), e outra sobre "*as igrejas e comunidades e eclesiais separadas no Ocidente*", ou seja, as diversas denominações nacionais ou confessionais "*surgidas a partir da Reforma Protestante, e que diferem muito uma da outra, em razão da origem, lugar e tempo, ou pela natureza e gravidade das questões pertinentes à fé e à estrutura eclesiástica*" (UR 19-23). O documento tece, então, considerações e propõe orientações para a prática do ecumenismo, com as chamadas Igrejas orientais ou ortodoxas e, de forma bem incipiente, com as demais Igrejas cristãs ocidentais.

#### **Consideração peculiar das Igrejas Orientais**

Antes de nos debruçarmos sobre a primeira parte deste terceiro capítulo, importa dizer que a Igreja católica por considerar tão peculiar esta relação, no mesmo Concílio Ecumênico Vaticano II, promulgou, no dia 21 de novembro de 1964, um decreto específico sobre o ecumenismo com as Igrejas orientais católicas, "*Orientalium Ecclesiarum*". No Decreto *Unitatis Redintegratio*, a consideração com estas igrejas está organizada em quatro subtítulos.

No primeiro, sobre a "*mente e história própria dos orientais*", recorda que as igrejas do Oriente e do Ocidente seguiram, por muitos séculos, caminhos próprios, mas unidas pela fraterna comunhão de fé e vida sacramental. Além disso, muitas igrejas particulares ou locais do Oriente se gloriam de ter origem nos próprios apóstolos. E reconhece que elas têm desde a origem um tesouro, do qual a Igreja do Ocidente herdou muitas coisas na

liturgia, na tradição espiritual e na ordenação jurídica. Inclusive, os dogmas fundamentais da fé cristã sobre a Trindade e o Verbo de Deus, encarnado da Virgem Maria, foram definidos em Concílios Ecumênicos celebrados no Oriente. Por tudo isso, o Decreto exorta que o movimento ecumênico entre as igrejas orientais e a Igreja católica leve em conta esta consideração peculiar, a condição de origem e do crescimento das igrejas do Oriente e da índole das relações que vigoraram entre elas antes da separação (UR 14).

No segundo, sobre a "*tradição litúrgica e espiritual dos orientais*", recorda que é conhecido de todos o quanto amor os cristãos orientais cuidam de seus ritos litúrgicos, de modo especial à celebração eucarística, fonte da vida da Igreja. Nesta celebração, os fiéis, unidos ao bispo, têm acesso a Deus Pai mediante o Filho, o Verbo encarnado, morto e glorificado na efusão do Espírito Santo, e conseguem a comunhão com a Santíssima Trindade. Recorda também a importância dada a Maria nestas igrejas, proclamada no Concílio de Éfeso como a Mãe Santíssima de Deus, para que se reconhecesse a Cristo como Filho de Deus e Filho do Homem. Recorda ainda que, nas igrejas orientais, embora separadas, há verdadeiros sacramentos, como o Sacerdócio e a Eucaristia, e, por isso, alguma intercomunicação com elas não só é possível, mas aconselhável. Por fim, recorda, neste ponto, que diante do que foi dito e das riquezas das tradições espirituais monásticas presentes nas igrejas orientais, conhecer, venerar, conservar e fomentar o patrimônio litúrgico e espiritual dos cristãos orientais é muito importante para guardar a plenitude da tradição cristã e realizar a reconciliação dos cristãos orientais e ocidentais (UR 15).

No terceiro, sobre a "*disciplina própria dos orientais*", recorda que desde os primeiros tempos, as igrejas do Oriente seguiram disciplinas próprias, sancionadas pelos Santos Padres e Sínodos ecumênicos. E afirma algo decisivo para o movimento ecumênico: certa diversidade de costumes e usos, longe de impedir a unidade da Igreja, contribui para aumentar a sua dignidade e cumprir a sua missão. Reconhece e declara, então, que as igrejas do Oriente têm a faculdade de se governar segundo disciplinas próprias. A observância deste tradicional princípio, nem sempre respeitado, é condição prévia indispensável para a restauração da união (UR 16).

No último subtítulo desta primeira parte deste capítulo, sobre a "*índole própria da teologia dos orientais*", confirma a legítima diversidade não apenas na disciplina, mas também no estudo da verdade revelada, por causa dos métodos e modos diferentes para conhecer e exprimir os mistérios divinos, diversidade na enunciação teológica das doutrinas. As várias fórmulas teológicas, em vez de se oporem, frequentemente se completam mutuamente. Declara que todo esse patrimônio espiritual e litúrgico, disciplinar e teológico, em suas diversas tradições, faz parte da plena catolicidade e apostolicidade da Igreja (UR 17).

O Decreto renova, então, o que já havia sido declarado pela Igreja católica: para restaurar e conservar a comunhão e unidade é preciso cultivar boas relações, superar todo espírito de rivalidade, "*não impor nenhum outro encargo além do necessário*" (At 15, 28). E convida a todos veementemente a não medir esforços para uma gradual concretização desta unidade pela oração, por um fraternal diálogo em torno da doutrina e das mais urgentes necessidades da missão pastoral de hoje (UR 18).

As igrejas e comunidades eclesiais

Na segunda parte do último capítulo, o Decreto *Unitatis Redintegratio* é bem incipiente. Com cinco subtítulos explicita, primeiro, sobre "*a condição própria destas comunidades*", segundo, sobre "*a confissão de Cristo*", terceiro, sobre "*o estudo da Sagrada Escritura*", quarto, sobre "*a vida sacramental*" e, por fim, sobre "*a vida com Cristo*".

No primeiro subtítulo, enfatiza o valor da longa caminhada compartilhada antes da separação. Afirma que as igrejas e comunidades que se separaram no contexto da Reforma continuam ligadas à Igreja católica pelos laços de uma peculiar afinidade e obrigação por causa da convivência na comunhão eclesial durante os séculos anteriores. Reconhece, entretanto, que há grandes diferenças dessas igrejas em relação à Igreja católica e também entre si, tanto pelas origens quanto pelas convicções em matéria de doutrina e vida espiritual. Diferentemente do que acontece com as igrejas orientais, com estas igrejas, o documento reconhece que o movimento ecumênico, o desejo de paz e a estima com a Igreja católica ainda não cresceram por toda a parte, mas é grande a esperança de que esse

crescimento ocorra no futuro. Reconhece que há grandes barreiras, discrepâncias consideráveis de índole histórica, sociológica, psicológica, cultural e, sobretudo, de interpretação da verdade revelada (UR 19).

No segundo subtítulo, sublinha que o movimento ecumênico deve considerar, primeiramente, não as diferenças entre elas, mas o que é convicção comum. Assim, aproximar daqueles que abertamente confessam Jesus Cristo como Deus e senhor e o único mediador entre Deus e os homens, mesmo que existam discrepâncias em relação à doutrina da Igreja católica sobre Cristo, Verbo de Deus encarnado e sobre a obra da redenção, sobre o mistério e o ministério da Igreja ou sobre a função de Maria na obra da salvação. (UR 20).

No terceiro, enfatiza um aspecto importante e decisivo para haver uma aproximação ecumênica: o amor, a veneração e o culto das Sagradas Escrituras. Isso tem levado os cristãos separados a um constante e cuidadoso estudo da Palavra de Deus. Eles invocam o Espírito Santo e, pela Bíblia, procuram a Deus, que lhes fala em Cristo Jesus. Contemplam a vida de Cristo e o que o Divino Mestre ensinou e realizou para a salvação dos homens. E mesmo que os irmãos e irmãs dessas outras denominações ("irmãos separados") pensem diferente da Igreja católica sobre a relação entre a Escritura e a Igreja, e não reconheçam, como os cristãos católicos, o lugar do magistério autêntico na exposição e pregação do Evangelho, afirma que Bíblia é um poderoso instrumento para o diálogo ecumênico (UR 21).

No quarto subtítulo, o Decreto se volta para os sacramentos. Destaca que o Batismo constitui o vínculo sacramental da unidade e que ao receber o Batismo somos incorporados a Cristo crucificado e glorificado, e somos regenerados para a vida divina. No entanto, afirma que o Batismo é apenas o início, ordenando-se à completa profissão de fé, à íntegra incorporação no projeto salvífico e à inserção na comunhão eucarística. Em seguida, afirma que falta às comunidades eclesiais separadas a unidade plena proveniente do Batismo. Elas não conservaram a substância do mistério eucarístico, por causa da falta do sacramento da ordem. Contudo, na Santa Ceia, fazem a memória da morte e ressurreição do Senhor e confessam ser significada a vida na comunhão de Cristo, na espera de seu glorioso advento. Para a ação

ecumênica com as igrejas ocidentais, afirma que é necessário que se tome como objeto do diálogo a doutrina sobre a Ceia do Senhor e sobre os outros sacramentos e ministérios da Igreja (UR 22).

No último ponto, sublinha que a vida cristã dos irmãos e irmãs de outras denominações ("irmãos separados") se alimenta da fé em Cristo, sendo fortalecida pela graça do Batismo e pela audição do Verbo de Deus. Ela se manifesta na oração, na meditação bíblica, na vida familiar, no culto da comunidade congregada para o louvor e ação de graças pelos benefícios recebidos. Os irmãos cristãos cultivam vivo sentido de justiça e sincera caridade para com o próximo. A fé que suscitou obras sociais para aliviar a miséria, promover a educação da juventude, tornar mais humana as condições sociais de vida. Para além das diferenças morais com os cristãos católicos, desejam aderir à Palavra de Deus. O diálogo ecumênico, portanto, deve ter como ponto de partida a aplicação moral do Evangelho (UR 23).

O Decreto encerra com um olhar de confiança para o futuro. Exorta os fiéis católicos a não colocarem obstáculos aos caminhos da Providência e não prejudicarem os impulsos do Espírito Santo para o progresso da unidade da Igreja de Cristo. Além disso, solicita aos cristãos católicos que tomem iniciativas de mãos dadas com os irmãos e irmãs das outras denominações ("irmãos separados"). Confessa que o desafio ecumênico de reconciliar todos os cristãos na unidade de uma só e única Igreja de Cristo é maior do que a capacidade humana, por isso, coloca a esperança na oração de Jesus Cristo pela Igreja (UR 24).

Como dissemos, nesta última parte, o Decreto foi incipiente e tateante, talvez pela grande diversidade de denominações, mas, sobretudo, pela singularidade de cada uma e pelo grau de amadurecimento do espírito ecumênico e da própria relação que estabelece com a Igreja católica. Somente com um grande e decidido esforço de aproximação, escuta e diálogo, com reconhecimento prévio da presença atuante de Deus no interior de cada denominação, perante a presença pública de compromisso com o anúncio-testemunho do Evangelho e de seus princípios e valores, nos ajudará a avançarmos no ecumenismo com as igrejas do Ocidente.

Antes de finalizar esta primeira parte, é muito bom ler a avaliação do Decreto *Unitatis Redintegratio* a partir do olhar de dois teólogos visceralmente comprometidos com o movimento ecumênico. Para o teólogo luterano Walter Altmann:

(...) o Vaticano II teve como um todo um nítido espírito ecumênico. Mas é precisamente no decreto *Unitatis Redintegratio* que a Igreja Católica define seu entendimento e seu compromisso ecumênicos. É um texto relativamente breve, mas com nítida inspiração bíblica, assenta definições básicas para o relacionamento da Igreja Católica com as demais igrejas e comunidades eclesiais. Taxativamente afirma que o Espírito Santo age também nelas produzindo a comunhão dos fiéis e a união íntima com Cristo, princípio da unidade da Igreja. Essa afirmação é de longo alcance, ainda que o documento também estabeleça uma hierarquia nas relações e apenas às igrejas ortodoxas é conferido o nome de “igreja”, denominando-se as demais de “comunidades eclesiais”. Ainda assim, na fé em Cristo e pelo dom do batismo, os fiéis das outras igrejas são considerados como “irmãos” (ainda que “irmãos separados”), de forma alguma como “hereges”. O decreto ainda dá uma série de recomendações e estímulos para o diálogo ecumênico, a oração conjunta, a leitura da Bíblia e a prática da caridade. E, ao final, exorta a que não se coloquem obstáculos à ação do Espírito Santo, precisamente nessas relações e na busca da unidade (Magalhães; Rosa, 2012).

Já para o teólogo católico, Faustino Teixeira:

Se o espírito do documento revela abertura, a terminologia adotada não consegue acompanhar esse espírito: fala-se ainda em “irmãos separados” e evita-se nomear como igrejas as comunidades cristãs não católicas, identificando-as como “comunidades eclesiais”. Assim como ocorreu na declaração sobre a liberdade religiosa, Paulo VI também intervém na redação do documento sobre o ecumenismo, movido por pressões da minoria conciliar. Em novembro de 1964, depois que o texto já havia recebido a aprovação definitiva do plenário, Paulo VI sugere inúmeras emendas ao texto, visando - a seu ver - uma formulação teológica mais correta, mas na prática implicavam uma restrição na abertura até então alcançada. Das emendas propostas, só 19 foram aceitas pelo Secretariado para a Unidade dos Cristãos, encarregado da redação final. Apesar do mal estar causado pela intervenção autoritativa do Papa, as emendas entraram no documento final (...). Apesar dos percalços, o documento aponta para mudanças importantes no âmbito da abertura ecumênica da Igreja católica (Teixeira, 2013).

Indubitavelmente, o Decreto é um marco histórico no qual a Igreja católica, de modo definitivo e irreversível, acolhe o movimento ecumênico e conclama seus fiéis a não colocarem obstáculos à ação do Espírito Santo na busca da unidade da Igreja Cristo.



Há desafios novos para o movimento ecumênico atual? Quais são eles? O criativo magistério do papa Francisco oferece alguma contribuição significativa para avançarmos na caminhada ecumênica? Acreditamos que sim.

## **Algumas chaves teológico-pastoral da eclesiologia e do magistério do papa Francisco**

Desde o término do Concílio Vaticano II, nas últimas décadas, fomos envolvidos e transformados culturalmente pelo turbilhão de um acelerado processo de urbanização. Além disso, soma-se a esse processo a globalização tecnológica, sobretudo, com advento da internet, dos smartphones e suas redes digitais na palma das mãos. Nenhum âmbito da vida ficou intocado. O contexto urbano é bem mais do que o habitar em cidades, pois provoca a emergência de uma nova cultura que está em constante movimento e transformação. Hoje, temos outra relação com o tempo, o espaço e uns com os outros, na habitação, na família, na vivência religiosa, no trabalho, no lazer ou no trânsito. As novas tecnologias de comunicação afetaram profundamente o dia a dia das pessoas e suas vivências, e também multiplicaram e aprofundaram a experiência cotidiana do pluralismo cultural e religioso.

No caso específico do cristianismo, ele se tornou uma religião singularmente complexa, com uma crescente situação multidenominacional. Para aqueles que compartilham da oração de Jesus pela unidade de seus discípulos e discipulas e seguem os passos da experiência ecumênica, o cristianismo multidenominacional traz desafios novos para o ecumenismo. Se o ecumenismo já era considerado pelo Decreto *Unitatis Redintegratio* uma tarefa que "*excede as forças e dotes humanos*" (UR 24), muito mais agora, com este inimaginável número de denominações cristãs que continuam a surgir. Os dois grandes cismas abordados no capítulo III do Decreto *Unitatis Redintegratio* se revelam, de certa forma, inadequados para expressar a complexa realidade dos 2.382.750.000 de cristãos que, segundo dados do

PEW<sup>3</sup>, compõem o atual cristianismo. A revolução da subjetividade, cujo epicentro pode ser situado nos albores dos anos 60, é outro fenômeno cultural recente a ser considerado ao buscarmos entender os impactos das intensas transformações ocorridas e que ainda estão em curso no contexto contemporâneo. Além do crescente número de diferentes denominações cristãs pentecostais e, mais recentemente, neopentecostais, é cada vez mais visível o pluralismo, os conflitos, as disputas de narrativa e as divisões dentro de cada denominação cristã: variedade de mentalidades, vivências cristãs, espiritualidades, leituras bíblicas, teologias, níveis de adesão e fidelização à doutrina professada em cada denominação cristã. Podemos falar, portanto, de crescente pluralismo externo e interno a cada tradição religiosa. Quando consideramos as mentalidades e posturas, não é sem sentido nos perguntar: quantos "catolicismos" há no seio da Igreja católica? Quantos anglicanismos há na Igreja Anglicana? O mesmo poderia ser perguntado em relação à Igreja Batista, Luterana, Metodista, Presbiteriana, entre outras....

Logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1948, o movimento ecumênico fez surgir, na cidade de Amsterdam, na Holanda, o Conselho Mundial de Igrejas - CMI<sup>4</sup>, que hoje congrega mais de 340 denominações cristãs e tem a sua sede em Genebra, na Suíça. A Igreja católica, por ter se mantido durante muito tempo oficialmente fechada ao ecumenismo (sempre houve cristãos católicos abertos e artesãos de princípios e práticas ecumênicas), até hoje, embora participe, não é membro deste Conselho. No entanto, desde o fim do Concílio Vaticano II, vem oficialmente estreitando relações com o CMI, inclusive com empenho pessoal do papa Francisco. O ecumenismo se tornou explicitamente presente no magistério da Igreja latino-americana a partir de seu esforço de receber o Concílio Vaticano II<sup>5</sup>. No

---

<sup>3</sup> Cf.: <https://www.pewresearch.org/religion/feature/religious-composition-by-country-2010-2050/>.

<sup>4</sup> Segundo o próprio site do CMI, "as raízes históricas do Conselho Mundial de Igrejas são encontradas nos movimentos estudantis e leigos do século 19, na conferência missionária mundial de Edimburgo de 1910 e em uma encíclica de 1920 do Sínodo (Ortodoxo) de Constantinopla sugerindo uma "comunhão de igrejas" semelhante à Liga das Nações. Líderes representando mais de 100 igrejas votaram em 1937-38 para fundar um Conselho Mundial de Igrejas, mas a sua inauguração foi adiada após a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Disponível em: <https://www.oikoumene.org/about-the-wcc/history>. Acesso em maio de 2024.

<sup>5</sup> Sem qualquer pretensão de completude, esta presença pode ser comprovada nos seguintes números dos Documentos produzidos pelas Conferências Gerais dos Bispos da América Latina:

contexto brasileiro, a Igreja católica e pouquíssimas denominações cristãs integram o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs. É visível, no entanto, a consolidação de experiências ecumênicas no nível ético das lutas em defesa da vida, na oração, nos estudos bíblicos e teológicos, entre outros<sup>6</sup>. Há também muitas instituições religiosas que assumem o ecumenismo e que atuam de maneira ecumênica<sup>7</sup>.

Diante desse complexo cenário, em mutação, quais os limites e as possibilidades que se abrem para o movimento ecumênico? Como falar, pensar e caminhar, concretamente, para uma "unidade de todos os cristãos na única Igreja de Cristo", neste contexto de verdadeira babel de denominações cristãs?

O desafio de nos capacitarmos coletivamente para diálogo intercultural, inter-religioso, intergeracional e, juntos, engendrarmos uma cultura do encontro e do respeito mútuo, do reconhecimento do direito de autodeterminação, da justiça e da paz, é cada vez mais ineludível. Isso porque nos deparamos cotidianamente com o acirramento de posturas extremistas, com consequentes conflitos e manifestações de intolerância e violência, física e virtual, de viés social, político, religioso, sexual e cultural. E não podemos ser indiferentes à crescente vulnerabilidade dos mais pobres, situação criada e aprofundada por uma lógica de concentração de renda e de poder político-econômico, pelos mecanismos geradores de desigualdade e exclusão social, e pela crescente degradação do equilíbrio ambiental. Emergem urgências ineludíveis para toda a humanidade. As lições

---

Medellín II/26, III/20, IV/19d, V/19, VIII/11, IX/14; Puebla: 108, 1008, 1096s, 1107s., 1114s., 1118-1122, 1124, 1127, 1161; Santo Domingo: 132-135; Aparecida: 97-100, 155, 227-234.

<sup>6</sup> O CONIC é fruto de um longo processo de articulação entre as igrejas Católica Apostólica Romana, Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Episcopal Anglicana do Brasil e Metodista (esta última infelizmente não integra mais o CONIC). As primeiras conversas para a criação do Conselho ocorreram em 1975. Foram 13 reuniões entre as presidências nacionais das igrejas acima citadas para, em 1982, definir-se pela criação. Atualmente o CONIC É composto pelas seguintes denominações: Alianças de Batistas do Brasil, desde 2017; Igreja Católica Apostólica Romana, desde 1982; Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, desde 1982; Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, desde 1982; Igreja Presbiteriana Unida, desde 1982. Disponível em: <https://www.conic.org.br>. Acesso em maio de 2024.

<sup>7</sup> Além do CONIC, dentre as instituições religiosas que consolidam uma longa tradição ecumênica podemos mencionar, dentre outros, o CEBI - Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos, cf.: <https://cebi.org.br/>, o CESEEP - Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular, cf.: [www.cesep.org.br](http://www.cesep.org.br), a CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviços, cf.: [www.cese.org.br](http://www.cese.org.br), a KOINONIA - Presença Ecumênica e Serviço, cf.: [www.koinonia.org.br](http://www.koinonia.org.br); a IAMS International Association for Mission Studies/Associação Internacional de Estudos Missiológicos, cf.: [www.missionstudies.org](http://www.missionstudies.org).

oportunizadas pela pandemia global do COVID-19, ao que tudo indica, não foram aprendidas ou, pelo menos, estão sendo rapidamente esquecidas ou desprezadas.

Nessa segunda parte, ao termos presente os hercúleos desafios do ecumenismo contemporâneo, nosso foco se volta para a busca de algumas chaves teológico-pastorais da eclesiologia e do magistério do papa Francisco, diante dos desafios do ecumenismo no contexto atual<sup>8</sup>. Ao ser eleito Papa, cresceu a visibilidade da discreta atuação pastoral do arcebispo argentino Mário Jorge Bergoglio junto ao povo sofrido das periferias de Buenos Aires, bem como o seu testemunho de posturas e práticas ecumênicas e inter-religiosas. Foi memorável a sua atuação na Conferência de Aparecida, em 2007. E, em pouco mais de uma década como bispo de Roma, o criativo magistério do papa Francisco revela um homem profundamente antenado com os sinais do tempo e os desafios e urgências que se apresentam para nós enquanto membros da uma única e mesma humanidade. Como bispo de Roma, por meio de gestos e palavras, textos oficiais, encontros, discursos e declarações comuns, com homens e mulheres de diferentes denominações, Francisco tem mostrado que a construção da unidade visível da Igreja de Cristo é uma das prioridades do seu pontificado, assim como foi o Concílio Ecumênico Vaticano II. É visível o seu compromisso com a busca de superar divisões, criar processos de aproximação, escuta, diálogo e fortalecimento do bem querer e da comunhão.

No primeiro ano de seu ministério petrino, na exortação apostólica *Evangelii Gaudium*, de 2013, após recordar a centralidade de Jesus e de retomar a rica eclesiologia do Concílio Vaticano II, Francisco afirma, de forma lapidar e prospectiva, a sua eclesiologia simbólica e fecunda expressa dessa maneira, uma "Igreja em saída". Com suas palavras:

A Igreja "em saída" é uma Igreja com as portas abertas. Sair em direção aos outros para chegar às periferias humanas ... olhar nos olhos e escutar, ou renunciar às urgências para acompanhar o que ficou caído à beira do caminho... A Igreja é chamada a ser sempre a cada aberta do Pai... com as portas abertas... todos podem participar,

---

<sup>8</sup> Reconhecemos que há uma riqueza ecumênica a ser explorada no magistério pós-conciliar de Paulo VI, de João Paulo II e de Bento XVI, sem ignorá-la, pelos limites próprios de um artigo e pela opção que fizemos, nosso foco aqui será o atual magistério do papa Francisco.

de alguma forma, da vida eclesial, todos podem fazer parte da comunidade, e nem sequer as portas dos sacramentos se devem fechar por uma razão qualquer... Muitas vezes, agimos como controladores da graça, e não como facilitadores. A Igreja não é uma alfândega, mas a casa paterna, onde há lugar para todos com a sua vida fadigosa... A quem deveria privilegiar? Quando se lê o Evangelho, encontramos uma orientação muito clara... sobretudo, aos pobres e aos doentes, àqueles que muitas vezes são desprezados e esquecidos... Não deve subsistir dúvidas nem explicações que debilitem esta mensagem claríssima. Hoje e sempre, [afirma citando o discurso de Bento XVI, no Brasil, na Conferência de Aparecida, em 2007] "os pobres são os destinatários privilegiados do Evangelho", e a evangelização dirigida gratuitamente a eles é sinal do Reino que Jesus veio trazer... existe um vínculo indissolúvel entre a nossa fé e os pobres. Não os deixemos jamais sozinhos! (Francisco, 2013, n. 46-48).

E, como se ainda não tivesse sido claro, Francisco explicita com clareza solar a sua eclesiologia: uma Igreja em saída para as periferias, pobre e para os pobres, que tem como referencialidade não a si mesma, mas o Evangelho e a continuidade da missão de Jesus. Por isso, ele diz:

Saiamos, saiamos para oferecer a todos a vida de Jesus Cristo! Repito (...) prefiro uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas a uma Igreja enferma pelo fechamento e pela comodidade de se agarrar às próprias seguranças. Não quero uma Igreja preocupada com ser o centro, e que acaba presa num emaranhado de obsessões e procedimentos... Mais do que o temor de falhar, espero que nos mova o medo de nos encerrarmos nas estruturas que nos dão uma falsa proteção, nas normas que nos transformam em juízes implacáveis, nos hábitos em que nos sentimos tranquilos, enquanto lá fora há uma multidão faminta e Jesus repete-nos sem cessar: "Dai-lhes vós mesmos de comer" (Mc 6, 37) (Francisco, 2013, n. 49)

Ao preconizar uma Igreja em saída para as periferias, sem autorreferencialidade e capaz de discernir as falsas seguranças e as tentações de se prender aos hábitos ou a um emaranhado de obsessões e procedimentos, no fechamento nas próprias estruturas, Francisco deixa claro porque situa o tema do ecumenismo no contexto do capítulo IV, sobre "*o diálogo social como contribuição para a paz*": o ecumenismo, assim como o diálogo inter-religioso, tem uma dimensão maior, profundamente social e com relevância imediata na necessária construção coletiva da paz entre os homens e mulheres de boa vontade.

Em três números (EG 244-246), profundos e densos, Francisco nos dá acesso às balizas de sua compreensão do ecumenismo. Depois de retomar a fundamentação bíblica da oração de Jesus pela unidade, ele afirma que a credibilidade do anúncio passa pela nossa capacidade de conversão ecumênica e superação das divisões. Em seguida, assume uma compreensão ecumênica da catolicidade da Igreja, já afirmada no Decreto *Unitatis Redintegratio* (UR 4). E apresenta traços decisivos que nos ajudam a delinear a sua compreensão de ecumenismo:

1. Assim como a paz, o ecumenismo é realidade que depende de uma construção "artesanal". Exige, portanto, a coragem da proximidade afetiva, o cultivo da escuta, do respeito mútuo e do diálogo. Francisco reconhece que "*somos todos peregrinos e peregrinamos juntos*". Quem tem esta consciência de caminhar junto, sabe da necessidade de "*abrir o coração ao companheiro de estrada*", "*sem medo nem desconfianças*" prévias, pois, tem clareza do que quer ou procura: "*a paz no rosto do único Deus*". Quem caminha junto se aproxima, abre o coração, supera os medos e as desconfianças, pois, é o que torna a jornada uma experiência rica e de crescimento para todos, produzindo seus primeiros frutos, pois, como nos ensina o profeta Isaías (Is 2, 4): as espadas podem ser transformadas em arados (EG 244)<sup>9</sup>.

2. Francisco afirma que o ecumenismo é, na verdade, maior do que ele próprio, pois "*é uma contribuição para a unidade da família humana*" e, portanto, justifica todo o empenho e criatividade dos cristãos para aprenderem a caminhar juntos (EG 245).

3. Para o Papa, o ecumenismo deve se apresentar a cada cristão com o seu caráter de urgência porque a gravidade e o escândalo do "*contratemunho da divisão*" comprometem, no fundo, a credibilidade da ação evangelizadora.

---

<sup>9</sup> No número 231 de sua Fratelli Tutti, Francisco, no contexto de explicitação de nosso compromisso com a construção e tecitura da paz, retoma esta ideia de "artesanal" com distinção dialética de "arquitetura". E o que ele diz sobre a Paz, cabe integralmente para o processo de construção do ecumenismo. Há um nível institucional, que exige encontros e acordos institucionais, seria o nível da "arquitetura", mas este só será eficaz e duradouro se acontecer primeiro ou simultaneamente no espaço da convivência das pessoas, no espaço cotidiano. Este seria o nível artesanal do ecumenismo, que acontece no interior das famílias, das escolas, nas lutas sociais de mãos dadas em defesa da vida, na consolidação da boa política, na partilha das lágrimas e dos lutos, mas também das alegrias e das conquistas. Para inteirar-se de todo o raciocínio de Francisco, confira os números 228-232 e o capítulo VI sobre o diálogo e a amizade social (198-224).

4. Segundo Francisco, não podemos ficar indiferentes ao ecumenismo, pois se trata de um caminho necessário. Ele retoma as ideias desenvolvidas no Decreto *Unitatis Redintegratio*, dizendo que "*se nos concentrarmos nas convicções que nos unem e recordarmos o princípio da hierarquia das verdades, poderemos caminhar decididamente para formas comuns de anúncio, de serviço e de testemunho*", pois "*são tantas e tão valiosas as coisas que nos unem*" e não podemos nos esquecer de que há uma "*imensa multidão que não recebeu o anúncio de Jesus Cristo*".

5. Para o atual Bispo de Roma, o ecumenismo deve se transformar "*de uma mera diplomacia ou um dever forçado*" em "*um caminho imprescindível da evangelização*", pois este esforço pela unidade favorece a missão e razão de ser da Igreja, que é a "*recepção de Jesus Cristo*". Portanto, o ecumenismo deve ser assumido não apenas como possível, mas como um imperativo.

6. Segundo Francisco, quando acolhemos o ecumenismo com as portas do coração abertas e como o que, de fato, ele é, um "*fruto da ação livre do Espírito*", nós descobrimos que "*todos podem aprender uns com os outros*". Esta compreensão é decisiva porque se torna uma fonte de encorajamento para a superação do medo e para o compromisso com a prática do ecumenismo.

7. O papa Francisco, ao explicitar a sua visão do conteúdo do ecumenismo, vai muito além de certos limites estabelecidos no Decreto *Unitatis Redintegratio*, ao afirmar que "*não se trata apenas de receber informações sobre os outros para os conhecermos melhor, mas de recolher o que o Espírito semeou neles como um dom também para nós*" e "*através de um intercâmbio de dons, o Espírito pode nos conduzir cada vez mais para a verdade e o bem*".

8. Francisco termina com um exemplo provocante e paradigmático, que, visivelmente, podemos observar seu empenho para aprender e colocar em prática ao longo desses onze anos de magistério: com o ecumenismo, nós, cristãos católicos "*temos a possibilidade de aprender algo mais sobre o significado da colegialidade episcopal e sobre a sua experiência da sinodalidade*" (EG 246).

Para Francisco, o ecumenismo, para avançar, exige de todos os cristãos e das diversas denominações uma profunda conversão sinodal. Quando caminhamos juntos, podemos nos conhecer melhor e também, como disse numa entrevista no início de seu ministério como Bispo de Roma, "*reconhecer o que o Espírito Santo semeou nos outros como um dom também para nós*" (Entrevista do Papa Francisco ao pe. Antonio Spadaro, 19/09/2013, por ocasião da Jornada Mundial de Juventude, no Rio de Janeiro)<sup>10</sup>. Em suas próprias palavras:

Sinodalidade e ecumenismo são, de fato, dois caminhos que seguem juntos, partilhando o mesmo objetivo, o da comunhão, que significa um melhor testemunho dos cristãos «para que o mundo creia». E não nos esqueçamos - e digo isso aos católicos - que o protagonista do Sínodo é o Espírito Santo, não nós... Que a contemplação comum do Senhor crucificado e ressuscitado favoreça a cura completa das nossas feridas passadas, para que diante dos nossos olhos, além de toda distância e incompreensão, Ele se destaque, “nosso Senhor e nosso Deus”, Senhor e Deus, que nos chama a reconhecê-lo e adorá-lo em torno de um único altar eucarístico (Spadaro, 2013).

O papa Francisco, recorrentemente, estimula os cristãos católicos a acolherem e a avançarem no movimento ecumenismo, dizendo que ele só pode acontecer se nos aproximarmos e superarmos o medo e as resistências históricas, quando, de fato, caminarmos juntos, rezarmos juntos, estudarmos juntos e trabalharmos juntos no serviço aos pobres e no cuidado da casa comum.

Por qual caminho seguir para avançarmos hoje no ecumenismo artesanal? Há pistas concretas que podem nos ajudar a discernir passos para seguir neste caminho?

## **Em busca de uma pedagogia pastoral para avançarmos pelo cultivo do ecumenismo artesanal**

*“Sejam sempre humildes, bem-educados e pacientes, suportando uns aos outros com amor. Façam tudo para conservar, por meio da paz que une vocês, a união que o Espírito dá. Há um só corpo, e um só Espírito, e uma só Esperança para a qual Deus chamou vocês. Há um*

---

<sup>10</sup> A longa entrevista do papa Francisco logo depois de eleito foi concedida ao pe. Antonio Spadaro para a revista jesuíta italiana "Civiltà Cattolica". Disponível em: [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/september/documents/papa-francesco\\_20130921\\_intervista-spadaro.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/september/documents/papa-francesco_20130921_intervista-spadaro.html). Acesso em maio de 2024.



*só Senhor, uma só fé e um só batismo. E há somente um Deus e Pai de todos, que é o Senhor de todos, que age por meio de todos e está em todos." (Efésios 4, 2-6)*

Com gestos e palavras, insistentemente, o papa Francisco nos ensina que o verdadeiro ecumenismo acontece na partilha do caminho, sim, no caminhar juntos. A Palavra de Deus nos revela que não estamos sozinhos. Somos iluminados e fortalecidos pelo sopro de amor da Ruah divina e pela presença de Jesus, o Ressuscitado do Pai, sempre estradeiro conosco. Somos precedidos por profetas e mártires que nos confirmam nesta missão. Para isso, é preciso passar de uma restrita compreensão do ecumenismo como organização, experiência repleta de entraves históricos e buscas de superação, para um ecumenismo como prática amorosa cotidiana e agir pastoral entre cristãos de distintas denominações, que brota da própria dinâmica do ser discípulo e discipula de Jesus. Nesse sentido, ecumenismo e evangelização se implicam e se exigem mutuamente<sup>11</sup>.

Como observa o teólogo Elias Wolff,

a razão de se buscar a unidade da Igreja é o testemunho da verdade do Evangelho para o mundo. Ecumenismo e evangelização se implicam mutuamente: “que todos sejam um... para que o mundo creia” (Jo 17, 21). O horizonte pastoral do ecumenismo no Brasil manifesta-se por três principais elementos: 1) a necessidade da cooperação intereclesial diante dos gigantescos desafios da evangelização; 2) a vinculação entre unidade cristã e promoção humana; 3) o redimensionamento do universo semântico de “ecumenismo”, inserindo o ideal da unidade cristã num horizonte mais amplo, do diálogo cultural e interreligioso (Wolff, 2011, p. 422).

Para avançarmos nesse horizonte pastoral que emerge dessa reflexão, nesta terceira parte, provocados pela revelação do projeto salvífico universal de Deus revelado no Evangelho e na práxis libertadora de Jesus, pelo magistério do Concílio Vaticano II e, especialmente, pelo horizonte pastoral impulsionado pelo Decreto *Unitatis Redintegratio* e pela compreensão do ecumenismo como construção artesanal cotidiana, do papa Francisco, compartilharemos, a seguir, algumas pistas para o discernimento de passos

---

<sup>11</sup> Estas pistas foram sendo recolhidas de nossa prática ecumênica artesanal como ouvinte da Palavra, estudioso das práticas ecumênicas e teólogo leigo assessor da Comissão Episcopal para o Ecumenismo e o Diálogo inter-religioso e da Pastoral catequética do Regional Leste 2 da CNBB, das Comunidades Eclesiais de Base, Pastorais Sociais e Movimentos populares, grupos de fé e política.

possíveis e necessários para aprofundarmos e avançarmos na caminhada ecumênica.

### O ecumenismo da aproximação

Cultivar o ecumenismo da aproximação é o primeiro passo na busca do encontro com outro. Isso porque vamos percebendo, à luz do Evangelho, que o outro, no fundo, não é outro: é um irmão, uma irmã na fé em Cristo Jesus, membro de outra denominação cristã. Trata-se de, decididamente, aproximar-se de pessoas que cultivam modos de conceber e viver a fé e a vida cristã de forma distinta. Para além de qualquer diferença denominacional ou doutrinal, são pessoas que compartilham elementos comuns, belos e decisivos, que nos aproximam e nos irmanam pelo anúncio e testemunho do Evangelho do amor de Deus por nós e pelo seguimento de Jesus.

Quem não se aproxima não pode conhecer a pessoa do outro. E quem não conhece, não pode amar, pois ninguém ama o que não conhece. Há muitas possibilidades e formas de aproximação do outro em nosso contexto urbano. Então, peçamos a Deus a graça da criatividade para concretizarmos encontros fratersorais<sup>12</sup> enriquecedores. Que Ele nos dê a coragem para sairmos em direção aos nossos irmãos e irmãs de outras denominações cristãs. No entanto, importa termos presente que para uma verdadeira aproximação é preciso disposição para vencermos medos, receios e ranços de heranças recebidas que, às vezes, nos levam a construir muros ilusórios de julgamento e de ódio que nos afastam e nos mantêm afastados.

Com a certeza de que Jesus ressuscitado está conosco e com os nossos irmãos e irmãs também, com um sorriso no rosto, somos chamados a nos aproximar confiantes. Sim, aproximemo-nos movidos pelo desejo fratersoral de bem querer aos outros na caminhada da fé, de conhecê-los bem como de seu modo singular de ser cristão. Nessa aproximação, é decisivo e muito positivo nos dar a conhecer também. Tudo isso nos ajuda a superar estigmas, estereótipos e visões deturpadas.

Quem se aproxima do outro sente a necessidade de cultivar a escuta.

---

<sup>12</sup> Fratersororal é um termo que nasce da aglutinação de *frater* (= irmão) e *soror* (= irmã). Encontro fratersororal, portanto, é um encontro de irmãos e irmãs. Fraternidade e sororidade se unem para expressar a riqueza de nossa comunhão.

## O ecumenismo da escuta gratuita

Cultivar o ecumenismo da escuta gratuita não é uma mera estratégia de comunicação, mas um valor humano fundamental. Quem não escuta não pode conhecer nem compreender o outro. A escuta gratuita deve ser entendida como um caminho necessário para a busca do conhecimento e da compreensão.

É urgente aprendermos a cultivar e a praticar a postura de escuta gratuita do outro. Não é tarefa fácil de se aprender, mas é necessária para o cultivo da postura ecumênica e a se tornar um cristão ecumênico. Trata-se de um escutar com vivo interesse, com abertura de coração e movido pelo desejo de bem-querer. É um escutar purificado de toda tentação aos julgamentos prévios, movido pela gratuidade e pela alegria de quem está diante de um irmão, uma irmã que compartilha a mesma fé em Jesus Cristo como Caminho, Verdade e Vida, como Caminho que nos leva ao Pai.

Não se trata, portanto, de uma escuta qualquer, mas balizada pelo respeito e desejo de compreender e aprender com o jeito do outro ser cristão. É um escutar atento às partilhas das experiências vividas, das convicções profundas, do encontro de fé já vivido com o Senhor Jesus e da alegria de ser quem ele, quem ela é. Quem escuta um irmão, uma irmã dessa forma, certamente, encontrará abertas as portas que dão acesso ao espaço sagrado do coração e às fontes da fé, da esperança e do amor nas quais o irmão ou a irmã se abastece e sacia a sua sede de encontro com Deus, aquele a quem Jesus nos ensinou chamar de Pai Nosso, o Abba querido amoroso.

Quem se aproxima e escuta experimenta a graça e o desejo de cultivar a amizade fratersororal e, por isso, procura planejar encontros de aprofundamento.

## O ecumenismo da visita amiga

Depois de nos aproximarmos do irmão ou da irmã que confessa a mesma fé em outra denominação cristã e de ouvir com atenção a sua história de vida, as suas convicções profundas, a sua "teografia"<sup>13</sup>, é tempo de

---

<sup>13</sup> Teografia é um termo divulgado pelo teólogo jesuíta Ulpiano Vazquez (1944-2017) nas orientações para os exercícios espirituais inicianos que traduz o nosso esforço de narrar a

planejarmos visitas, e, quem sabe criarmos uma agenda para o cultivo do afeto, da partilha e da amizade. Quando visitamos um irmão, uma irmã, nós frequentamos o espaço de seu templo, de seu lar, de sua vida, de seu coração.

A experiência da visita aprofunda a da aproximação e da escuta. Por se tratar de uma experiência gratuita, ela toca o coração e vai, artesanalmente, criando as condições materiais para o cultivo da amizade social fratersororal. A conversa em clima de amizade flui, cria possibilidades novas, nos dá acesso a novos espaços da e na vida do irmão, da irmã. Favorece, psicologicamente, a possibilidade de novos passos: ser retribuído na visita, fazer uma oração em comum, conhecer de perto e/ ou compartilhar experiências de ação evangelizadora, campanhas de solidariedade, lutas em defesa da vida.

Na visita, a aproximação e a escuta anteriores se aprofundam, a relação com o irmão, a irmã tende a adquirir o gosto da amizade, provocam revisões das impressões primeiras, ampliam-se os laços e possibilitam o conhecimento de outras pessoas. Além disso, afetos se consolidam e o bem-querer se materializa. Criam-se, aos poucos, as condições humanas para darmos passos ainda mais significativos no conhecimento mútuo.

Quem se aproxima, escuta e visita irmãos, irmãs que compartilham a mesma fé, deseja compartilhar a oração, louvar e agradecer a Deus e escutar a Deus.

### **O ecumenismo da escuta orante**

Depois de nos aproximar, de nos ouvir e de nos visitar, a fé cristã compartilhada adquire maior densidade. Surge em nós o desejo de compartilhar momentos de oração para louvar e agradecer a Deus pelo caminho compartilhado. Neste momento, torna-se importante nos colocar na presença de Deus, fazer orações espontâneas: preces de gratidão, de louvor, de benção para a comunidade de fé do irmão, da irmã, de interseção a Jesus, para algum familiar e/ ou amigo/a doente, etc.

---

memória de nossa fé, o nosso recordar, perceber e narrar a história de nossa fé, de nossa experiência do amor de Deus e com Deus, como se deu o nosso encontro primeiro e cultivo da relação de proximidade com Deus.

Quando nos colocamos na presença de Deus e a Ele disponíveis, nos tornamos mais abertos e próximos uns dos outros. A acolhida do amor de Deus por nós e a abertura de nosso coração a Deus, lado a lado, a recordação de alguma palavra ou gesto de Jesus no Evangelho, nos faz aprofundar o nível de acolhida uns dos outros. Neste momento de oração, é muito importante haver um tempo de silêncio, para contemplarmos ou sentirmos o mistério da presença amorosa de Deus, o seu amor por nós que nos une e nos irmana. Neste tempo, é importante escutar o que Deus está a nos dizer.

No final dos momentos de oração compartilhados, ajuda muito o esforço da partilhar e, quando possível, de cada um redigir à mão, numa folha, uma oração na qual se explicita, em forma de prece a Jesus, o nosso desejo de crescermos na unidade ecumênica, no amor fraterno, na solidariedade solícita. Cada um é chamado a guardar esta oração como recordação e memorial dentro da Bíblia e colocar no horizonte, ou mesmo agendar, a próxima visita.

Irmãos e irmãs de denominações distintas que se aproximam, se escutam, se visitam e oram juntos desejam cultivar uma espiritualidade ecumênica que brota da Palavra compartilhada.

### **O ecumenismo da espiritualidade bíblica**

Nas diversas denominações cristãs, além da fé em Jesus como enviado do Pai e que, pela luz e força do Espírito Santo, nos revelou o Evangelho do amor de Deus por nós e se fez Caminho de salvação, acolhe-se, com fé, a Palavra de Deus. As Escrituras Sagradas, especialmente o chamado Segundo Testamento, por ser uma fonte inesgotável para a caminhada de fé dos cristãos, contribuem muito no cultivo do ecumenismo artesanal cotidiano.

A caminhada do CEBI - Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos é maravilhosa, precisa ser conhecida e compartilhada. No entanto, o cultivo da espiritualidade bíblica ecumênica, mesmo supondo, é diferente de estudo bíblico, exegese, pregação, evangelização. Trata-se do cultivo, pessoal ou em grupo, da leitura orante que se torna espiritualidade bíblica ecumênica como alimento para a caminhada.

Em um encontro preparado para esta finalidade, por exemplo, pode-se, cada participante, compartilhar um ou mais textos muito significativos para a vida

de fé, a oração, o discernimento da vontade de Deus, enfim, o cultivo da vida cristã. Pode-se também, em cada encontro, selecionar um ou mais textos bíblicos que revelam a pessoa de Jesus, seus ensinamentos e ações. Após a leitura, seguida de um tempo de silêncio, cada participante partilha quem é Jesus na vida dele e como se relaciona com Ele em seu dia a dia. Neste mesmo sentido, em outros encontros, temas diversos da vida cristã podem ser refletidos e partilhados a partir de textos bíblicos: o Espírito Santo, o Abba querido de Jesus, a oração de Jesus, o pecado e a misericórdia divina, a salvação, a missão evangelizadora, os desafios do seguimento de Jesus, de vivermos o batismo, do diálogo ecumênico e inter-religioso, de superarmos as desigualdades.

O mais importante no ecumenismo da espiritualidade bíblica é a partilha das vivências da fé em torno da Palavra, quando o que é comum entre as denominações cristãs se fortalece e as diferenças e singularidades enriquecem mutuamente. Isso porque partilha com o outro o cultivo próprio da intimidade com a Palavra e a sua busca de discernir e de viver de acordo com a vontade de Deus.

Quem se aproxima, se escuta, se visita, ora junto e compartilha a espiritualidade bíblica deseja dar mais passos juntos. Compartilhar o ardor missionário dos discípulos e discípulas de Jesus.

### **O ecumenismo missionário evangelizador**

Sem qualquer espírito de proselitismo religioso, irmãos e irmãs de denominações cristãs distintas, que já se aproximaram, se escutaram, se visitaram, que compartilharam a sua espiritualidade bíblica, que já oraram juntos e compartilharam uma ação solidária libertadora, se reúnem para organizar uma ação missionária juntos.

Esta ação pode ser feita num bairro, na zona rural ou numa cidade vizinha. Há muitas variações: visita às famílias num fim de semana, com um roteiro de oração nas casas, conhecer a dinâmica da vida de uma comunidade indígena, quilombola ou uma ocupação dos sem-terra ou sem-teto, um movimento social de luta em defesa da vida.

Importante que aconteça um encontro entre os participantes logo após a experiência missionária com espaço para partilha, avaliação e

aprofundamento do sentido que Jesus deu a sua missão e como concebemos a missão da Igreja de Cristo e como cada denominação participante vem desenvolvendo a missão no contexto de uma sociedade cultural e religiosamente plural, diante dos desafios e urgências de nosso tempo que ameaçam a vida dos filhos e filhas de Deus.

Quem se aproxima, se escuta, se visita, ora junto, compartilha a espiritualidade bíblica e a missão evangelizadora tende a experimentar, pela vida de Jesus, o chamado profético a agir de mãos dadas em favor da vida e da dignidade humana. A caminhada ecumênica se aprofunda, é interpelada a se purificar da tendência à autorreferencialidade e a se transformar pela postura eclesial de saída.

### **O ecumenismo das ações solidárias libertadoras**

Trata-se de organizar e fazer junto uma ação ou gesto solidário de partilha fratersororal, de caridade, de participar de uma luta popular em defesa da vida, em nome da fé cristã. Aqui, o nome não importa. Neste passo concreto na caminhada ecumênica, o importante é que irmãos e irmãs de denominações cristã distintas, que anteriormente já se aproximaram, ouviram, visitaram, oraram juntos e compartilharam uma espiritualidade bíblica ecumênica e de evangelização, organizem junto uma ação solidária, movidos pela mesma fé cristã compartilhada.

Trata-se de organizar uma experiência solidária que nos aproxime do mundo dos pobres, de irmãos e irmãs socialmente carentes, não importa se são crianças, jovens, adultos ou idosos, irmãos e irmãs que se encontram em alguma situação de vulnerabilidade social: situação de necessidade material, de exclusão, opressão ou sofrimento. O objetivo é partilhar com eles o que somos, algum item de necessidade e, sobretudo, participar de suas lutas e de suas vidas.

É decisivo, ao longo dessa experiência de aproximação do mundo dos pobres, colocar-se em atitude de escuta, com desejo de visitar estes irmãos e irmãs e compartilhar com eles o que somos. Para que isso aconteça, este passo deve ser organizado sem pressa e com previsão de, pelo menos, cinco momentos distintos, pois, o mais importante na caminhada ecumênica é o processo. No primeiro, organizar um encontro para discernir junto a

experiência que será visitada, planejar, organizar e agendar a primeira visita. Em seguida, no segundo momento, realizar a primeira visita à comunidade, movimento, pastoral ou grupo escolhido. Durante esta visita, é importante aproximar, acolher, ouvir as pessoas visitadas, conversar, sair de si, procurar conhecer a situação, interagir e abraçar afetuosamente as pessoas. No terceiro, que pode ser no final da visita ou não, trata-se de fazer uma reunião com os participantes para a partilha das experiências vividas, o agradecimento a Deus por esta graça e planejar, organizar e agendar, o gesto de partilha solidária concreta diante da situação visitada e refletida. As denominações ou comunidades de fé de quem compartilhou a visita podem ou devem ser envolvidas e, se possível, contribuir com o gesto solidário que será organizado. No quarto momento, acontece a segunda visita aos irmãos e irmãs em situação de vulnerabilidade, na qual se leva além da alegria provocada pelo reencontro, o que vai ser compartilhado com eles. Deve haver um breve momento de agradecimento a Deus pela experiência vivida. No quinto momento, todos os participantes dos momentos anteriores se reúnem para fazer a avaliação, compartilhar as experiências vividas à luz da fé e concluírem o passo.

Quem se aproxima, se escuta, se visita, ora junto, compartilha a espiritualidade bíblica e uma ação solidária, deseja continuar... Nessa trajetória, tende a brotar a postura de acolhida do grito dos pobres e do grito da Terra, cria a oportunidade da experiência de um ecumenismo ecossocial.

### **O ecumenismo ecossocial**

Este passo pode ser compreendido como uma variação do passo anterior. No entanto, propomos aqui como uma dimensão ineludível na busca de dar vigor libertador à caminhada ecumênica. Trata-se do desafio de ser cristão em saída, numa sociedade repleta de contradições e ameaças à vida de tantos irmãos e irmãs e à nossa Casa comum.

Em nossas percepções, o que mais entrava avanços no ecumenismo não se situa, fundamentalmente, nas diferenças doutrinárias ou estruturais, pois o que é comum é sempre mais forte, profundo e belo. O que mais cria barreiras encontra-se na mentalidade e postura autorreferencial e nos muros históricos que foram criados de mútua incompreensão e até de ódio. O que há em



comum nos passos do ecumenismo missionário evangelizador, do ecumenismo das ações solidárias libertadoras e, deste, do ecumenismo ecossocial é o convite à postura de êxodo e a se autocompreender como Igreja em saída para todas as periferias.

Trata-se de cristãos de distintas denominações cristãs, que já se aproximaram, se escutaram, se visitaram, rezaram juntos, compartilharam a espiritualidade bíblica, organizaram e concretizaram uma ação missionária e solidária, que, agora, procuram organizar apoio a uma causa sociopolítica comum, sem qualquer matriz religioso confessional. Pode ser no campo da saúde pública, da educação popular libertadora, da luta pela reforma agrária, pela moradia, pela demarcação das terras dos povos originários, pela cidadania LGBTQIA+, e pelas causas do movimento ecológico etc.

Este passo faz com que o movimento ecumênico perceba que o dar as mãos, irmana-se e caminhar juntos, traz implicações que vão além dele mesmo. Isso provoca crescimento, aprofundamento e maturidade, pois amplia os seus horizontes de compreensão do projeto salvífico de Deus e da própria missão da Igreja, que brota do Evangelho do Reino.

O tema da fidelidade ao Evangelho surge como um dom do Espírito Santo e como uma necessidade da caminhada. Neste momento, percebe-se a importância de voltar às fontes e fazer memória da história que cada denominação escreveu. Quais foram as pessoas que mais contribuíram e que nos inspiram, os profetas e mártires da caminhada?

### **O ecumenismo de sangue**

Passo importante na caminhada ecumênica é irmãos e irmãs de denominações cristãs diferentes se reunirem para fazer memória dos profetas e mártires da caminhada, recuperar a trajetória dos homens e mulheres de fé que fizeram a diferença e marcaram a nossa história da fé por sua fidelidade. Recuperar e compartilhar a trajetória de homens e mulheres que foram perseguidos por causa de Jesus e do Evangelho e que, como o próprio Profeta crucificado, permaneceram fiéis até o fim. Muitos deles, ao serem ameaçados, presos e torturados, deram a sua vida pelo Reino. Sim, vidas pelo Reino.

Desde as primeiras comunidades cristãs, foi ficando muito claro o papel importante da fidelidade e o sangue sagrado derramado dos mártires da história. Isso não era apenas um critério de fidelidade e credibilidade, mas também semente de novos cristãos, de novos discípulos e discípulas de Jesus. A fidelidade ao Reino de Jesus e de seus seguidores provoca e contagia.

Na história do cristianismo na América Latina também não foi diferente. Temos inúmeros profetas e mártires da fé, da justiça e da ecologia. Homens e mulheres que içaram, em nome do Evangelho, a bandeira da vida. Essa memória e partilha conjunta provocam outros olhares para as denominações cristãs, cujas histórias tenham sido fecundadas pelo sangue de Jesus e de tantos discípulos e discípulas que, como ele, permaneceram fiéis até às últimas consequências.

#### **O ecumenismo da cordi-hospitalidade<sup>14</sup>**

Os passos anteriores nos ajudam a pensar e concretizar os passos com maior densidade coletiva, passos que despertem em toda a comunidade de fé o desejo de crescer também no ecumenismo. O importante é criarmos as condições de amizade e bem querer para hospedarmos os irmãos e irmãs de outras denominações em nossos corações. A dimensão afetiva do ecumenismo é decisiva para a consolidação dos avanços dados.

Entre muitos passos possíveis, algo decisivo é preparar o coração da comunidade de fé e o próprio espaço celebrativo para receber, com alegria e afeto, os irmãos e irmãs de outra denominação cristã, convidados para compartilhar atividades pensadas ecumenicamente. Podem ser momentos celebrativos, ritos, festas, campanhas, ações solidárias diversas, etc.

O que podemos fazer para avançar juntos? Aproximar, escutar, visitar, orar juntos a Deus e escutar o que Deus está a nos dizer; cultivar juntos uma espiritualidade bíblica ecumênica; deixar-se desafiar e praticar juntos o amor solidário libertador; compartilhar a missão; acolher juntos o grito dos pobres e da terra; fazer juntos a memória dos mártires e profetas; acolher uns aos outros no coração. Nossa pretensão é que estas pistas ou sugestões possam

---

<sup>14</sup> O termo cordi-hospitalidade expressa a busca de acolher e hospedar o outro em nosso coração. Cultivar uma espiritualidade centrada na cordialidade na acolhida afetiva do outro. É fazer do coração uma casa de portas abertas.

fecundar o horizonte do movimento ecumênico. Este precisa ser compreendido como um processo que exige passos para que possa crescer, frutificar e se consolidar. Importa que em cada passo dado, preveja-se tempo e espaço para a partilha e a avaliação da experiência vivida, bem como para o planejamento de novos passos.

## A guisa de conclusão

Ao revisitarmos o texto do Decreto *Unitatis Redintegratio*, sobre o ecumenismo, do Concílio Ecumênico Vaticano II, motivados pelo marco celebrativo de seus 60 anos, experimentamos fundamentalmente dois sentimentos fortes que aqui se tornaram contundentes provocações teológico-pastorais.

O primeiro foi um sentimento de alegria. Alegria por perceber que o Concílio Ecumênico Vaticano II foi, de fato, um autêntico *kairós*. Foi um evento histórico que consolidou um tempo propício para que a Igreja pudesse ser sacudida fortemente, discernir e perceber ilusões, miopias e sair da postura de comodidade sustentada por uma autocompreensão enquanto "sociedade perfeita" assim querida por Deus. Ao "cair do cavalo", rica metáfora que descreve a conversão paulina, a Igreja católica foi trabalhada pela graça divina, com intenso sopro de amor renovador da Ruah Divina.

A consciência do ecumenismo penetrou, de modo irreversível, na realidade eclesial e se tornou uma tarefa coletiva irrenunciável, sob pena de traírmos os apelos do Evangelho. Tarefa que o papa Francisco assumiu como urgente e de construção artesanal cotidiana. O Decreto *Unitatis Redintegratio* explicita uma das consequências dessa virada de página na história da Igreja e o início de um projeto de reforma, que exige mudanças de postura da Igreja católica diante das outras denominações cristãs, com uma pujante conversão ecumênica, alimentada pelo cultivo da espiritualidade ecumênica.

O segundo foi um sentimento de esperança. Esperança é bem mais que um sentimento. Mesmo percebendo o quanto ainda precisamos avançar no processo de conversão ecumênica e sinodal, os passos importantes que já fomos capazes de dar é motivo de louvor e ação de graças a Deus. Os poucos passos que já demos no ecumenismo nos indicam a direção e descortinam

vasto horizonte de esperança. Nós, cristãos católicos, ainda carregamos uma mentalidade de autorreferencialidade e com certa arrogância eclesial. Carregamos também muitos receios, inseguranças e medos de nos aproximar do outro com os corações abertos e de reconhecer, nas diferenças, interpelações do Espírito de Deus que nos chama à conversão, ao discernimento das "profecias extra denominacional", ou seja, de perceber os apelos da graça de Deus que nos vêm de fora, da práxis de outras igrejas cristãs. Mas também não devemos perder a consciência de que Deus nos chama a oferecer aos outros, gratuitamente, aquilo que conseguimos alcançar de fidelidade à graça de sermos sacramentos do Reino e Igreja de Cristo no mundo.

Com alegria e esperança, vamos descobrindo "o rosto ecumênico de Deus"<sup>15</sup> e uma renovada confiança na Ruah Divina, que sopra onde quer e que é sempre estradeira conosco a nos guiar. Por isso, podemos, decididamente, aproximar, ouvir, acolher, visitar, buscar compreensão, orar e aprender juntos a nos purificar, a nos deixar enriquecer e compartilhar o caminho aberto por Jesus, discernindo as exigências da experiência da fé cristã libertadora, a nossa missão nas lutas em defesa da vida e pela dignidade dos pobres, oprimidos e marginalizados, fazermos juntos a memória dos mártires e profetas, e darmos as mãos para melhor cuidarmos da Casa comum, que nos alberga a todos. Podemos aprender a caminhar juntos com Jesus na contramão, sem que as diferenças e singularidades sejam tomadas como muros ou barreiras ao amor fratersororal, mas como oportunidades de mútuo enriquecimento. Que a abertura ao ecumenismo nos torne construtores de pontes para partilhas solidárias e fratersororais na dor, para nos animar, e na alegria, para nos confirmar na missão.

## Referências

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. Compêndio do Vaticano II. Constituições, decretos, declarações. Petrópolis: Vozes, 1968.

---

<sup>15</sup> Título do precioso livro de Cláudio Ribeiro e Magali Cunha que nos ajuda a descobrir e experimentar, conduzidos pela Bíblia, o rosto ecumênico de Deus. RIBEIRO, Cláudio; CUNHA, Magali. O rosto ecumênico de Deus. Reflexões sobre o ecumenismo e a paz. São Paulo: Fonte editorial, 2013.

FRANCISCO, Papa. Carta Encíclica *Fratelli Tutti*. Sobre a Fraternidade e a Amizade Social. Roma: Vaticano, 2020. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost\\_exhortations/document/s/papa-francesco\\_esortazione-ap\\_20131124\\_evangelii-gaudium.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/document/s/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html). Acesso em: 10 maio. 2024.

FRANCISCO, Papa. Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*. Sobre a Alegria do Evangelho. Roma: Vaticano, 2013. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco\\_20201003\\_enciclica-fratelli-tutti.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html). Acesso em: maio de 2024.

GUIMARÃES, Edward. *Teologia Heurística da Libertação: Uma leitura teológica da práxis pedagógica de João Batista Libanio*. In: *Perspectiva Teológica*, [S. l.], v. 56, n. 1, p. 43, 2024. DOI: 10.20911/21768757v56n1p43/2024. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/5551>. Acesso em: 10 maio de 2024.

JAGURABA, Mariangela. Sobre encontro do papa Francisco com o metropolitano Basílico Marthoma Mathews III, da Igreja Ortodoxa Siro-Malankar, no Vaticano, em 11 de setembro de 2023. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2023-09/papa-catholicos-igreja-ortodoxa-siro-malankar-ecumenismo.html#:~:text=O%20Papa%20Francisco%20recebeu%20em,%20Mala%20nkar%20e%20sua%20comitiva.&text=Francisco%20agradeceu%20a%20Deus%20%22pelos%20la%C3%A7os%20criados%20nas%20%C3%BAltimas%20d%C3%A9cad%20as%22>. Acesso em maio de 2024.

LIBANIO, João Batista. *A volta à grande disciplina*. São Paulo: Loyola, 1983.

LIBANIO, João Batista. *Concílio Vaticano II. Em busca de uma primeira compreensão*. São Paulo: Loyola, 2005.

LIBANIO, João Batista. *A grande (in)disciplina: crise de um projeto*. In: PASSOS, João Décio, SOARES, Afonso Maria Iório (Orgs). *Francisco: renasce a esperança*. São Paulo: Paulinas, 2013. p. 46-57.

MAGALHÃES, Thamiris; ROSA, Luís Carlos Dalla. O Vaticano II e a busca pelo compromisso ecumênico. *IHU on line*. Edição 406. 29 de outubro de 2012. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/4725-walter-altmann-2>. Acesso em maio de 2024.

RIBEIRO, Cláudio; CUNHA, Magali. *O Rosto Ecumênico de Deus: reflexões sobre ecumenismo e paz*. São Paulo: Fonte Editorial, 2013.

SPADARO, Antonio. Entrevista do papa Francisco. In: *Revista Civiltà Cattolica*. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/september/documents/papa-francesco\\_20130921\\_intervista-spadaro.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/september/documents/papa-francesco_20130921_intervista-spadaro.html). Acesso em maio de 2024.

TEIXEIRA, Faustino. Sinais de Abertura: Liberdade Religiosa, Ecumenismo e Diálogo Interreligioso. Disponível em: <https://fteixeira-dialogos.blogspot.com/2013/08/sinais-de-abertura-liberdade-religios.html>. Acesso em maio de 2024.

WOLFF, Elias. Caminhos do Ecumenismo no Brasil. História, teologia, pastoral. São Paulo: Paulinas/ Paulus; São Leopoldo: Sinodal, 2018.

WOLFF, Elias. *O ecumenismo no horizonte do Concílio Vaticano II*. In: Atualidade Teológica. Ano XV, nº 39, set-dez, 2011, p. 403-428.

Trabalho submetido em 27/05/2024.

Aceito em 02/09/2024.

Edward Guimarães

Doutor em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas/ 2020). Atualmente é professor adjunto do Departamento de Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Membro da equipe docente e de organização do Mestrado Profissional em Teologia Prática da PUC Minas; professor de Teologia do Centro Loyola de Espiritualidade, Fé Cultura e do Instituto Regional de Pastoral Catequética CNBB Leste II. <https://orcid.org/0000-0003-4656-0655>